

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

Mestrado em Educação

JANDIRA DE FÁTIMA GONÇALVES FORNI

**DISPOSITIVOS BIOPOLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS: UMA ANÁLISE
DISCURSIVA DA PLATAFORMIZAÇÃO DIGITAL DA EDUCAÇÃO
PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Itatiba

2025

JANDIRA DE FÁTIMA GONÇALVES FORNI – RA 202413298

**DISPOSITIVOS BIOPOLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS: UMA ANÁLISE
DISCURSIVA DA PLATAFORMIZAÇÃO DIGITAL DA EDUCAÇÃO
PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco, como requisito para obtenção de título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Educação, Sociedade e Processos Formativos.

Orientadora: Prof.^a Dra. Márcia Aparecida Amador Mascia

**Itatiba
2025**

37.014.5 Forni, Jandira de Fátima Gonçalves

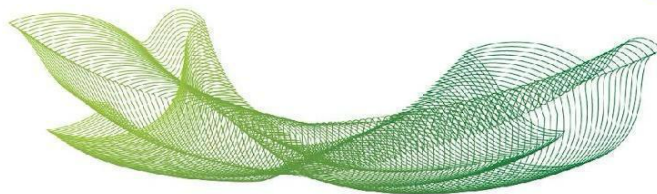
F83d Dispositivos biopolíticos contemporâneos: uma análise discursiva da plataformização digital da educação pública do estado de São Paulo / Jandira de Fátima Gonçalves Forni - Itatiba, 2025.

89 p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco.

Orientação de: Márcia Aparecida Amador Mascia.

1. Plataformização. 2.Subjetividade. 3.Biopolítica.
4.Análise do Discurso. 5. Educação. 6. Foucault I. Mascia,
Márcia Aparecida Amador. II. Título.



**UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
EM EDUCAÇÃO**

Jandira de Fátima Gonçalves Forni, defendeu a dissertação “DISPOSITIVOS BIOPOLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA PLATAFORMIZAÇÃO DIGITAL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO”, aprovada no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco em 11 de dezembro de 2025, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Profa. Dra. Márcia Aparecida Amador Mascia
Orientadora e Presidente

Profa. Dra. Sônia Aparecida Siquelli
Examinadora

Prof. Dr. David da Silva Pereira
Examinador

Esta pesquisa é dedicada à presença constante e onipresente de Deus, cuja orientação e força foram fundamentais ao longo de todo o processo de realização deste trabalho.

Expresso gratidão ao meu esposo, Carlos, cujo apoio incondicional, compreensão e incentivo foram essenciais para a concretização deste trabalho.

Também dedico aos meus queridos filhos, Abílio Augusto e Edgar Eugênio, cuja presença e estímulo contínuo contribuíram significativamente como motivação para a realização desse sonho acadêmico.

AGRADECIMENTO

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos à banca examinadora, composta pelo Professor Dr. David da Silva Pereira e pela Professora Dra. Sônia Aparecida Siquelli, cuja presença e participação ao longo desta trajetória acadêmica foram de grande importância. Reconheço e valorizo profundamente o tempo dedicado por ambos à leitura minuciosa deste humilde trabalho, bem como às contribuições construtivas e enriquecedoras que a mim foram oferecidas. Suas expertises, orientações e sugestões foram essenciais para aprimorar esta pesquisa, contribuindo significativamente para o meu desenvolvimento acadêmico e profissional.

Minha profunda gratidão à professora doutora Márcia Aparecida Amador Mascia, cuja generosidade e notável paciência foram fundamentais para o desenvolvimento desta dissertação. Sua orientação valiosa e cuidadosa proporcionou suporte tanto técnico quanto acadêmico, além de motivar ao longo de todo o processo de pesquisa. A sua disponibilidade, compreensão e sabedoria abriram caminhos essenciais para a realização deste trabalho, contribuindo significativamente para o meu crescimento tanto acadêmico quanto pessoal. Sua dedicação e apoio incondicional vão muito além do seu grande profissionalismo, refletindo uma postura de grande humanidade e comprometimento.

“Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir.”

(Foucault 1984/1998, p.13)

FORNI, Jandira de Fátima Gonçalves. **Dispositivos biopolíticos contemporâneos: uma análise discursiva da plataformização digital da Educação Pública do Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Educação). 2025. 89 p. Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação. Universidade São Francisco, Itatiba/SP.

RESUMO

A presente dissertação está inserida na Linha de Pesquisa Educação, Sociedade e Processos Formativos, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco, no campo dos estudos de Políticas Públicas de Educação e no Grupo de Pesquisa Estudos Foucaultianos e Educação. No contexto da educação pública do Estado de São Paulo, as plataformas digitais têm se tornado uma ferramenta cada vez mais presente no processo educativo. No entanto, há lacunas no entendimento sobre como essas plataformas estão sendo utilizadas, seus impactos na aprendizagem dos estudantes e os desafios enfrentados pelos educadores na sua implementação. A presente pesquisa objetiva problematizar os efeitos do discurso produzido pelas plataformas digitais na gestão da educação pública do Estado de São Paulo contemporâneo. A relevância da pesquisa se dá por apresentar desafios e dilemas frente à implantação dessas plataformas. Tem-se como hipótese que as novas concepções das dinâmicas de poder em nossa sociedade e as instituições sociais exercem controle e disciplina sobre os sujeitos e podem ser relacionadas ao momento atual de implementação de plataformas, entendidas como dispositivos biopolíticos neoliberais, na medida em que atuam como ferramentas de disciplina, acompanhamento e controle dos sujeitos da educação. A pesquisa se justifica pelo fato de tentar apontar os impactos na sociedade das plataformas digitais enquanto instrumento que dá uma ênfase excessiva em indicadores quantitativos levando em consideração apenas os aspectos mensuráveis da presença e da realização de atividades. Espera-se responder às seguintes perguntas: Quais efeitos de sentido emergem no discurso das plataformas digitais de modo a se caracterizar como um dispositivo de biopolítica? Quais modos de subjetivação estão em funcionamento no discurso das plataformas digitais? Como o discurso das plataformas se insere na racionalidade neoliberal? A pesquisa terá o prisma foucaultiano, ou seja, mobilizando as seguintes ferramentas teóricas: discurso, sujeito, relações de poder-saber e biopolítica. Também, é mobilizado o conceito de neoliberalismo, a partir dos estudos de Dardot e Laval. A pesquisa é qualitativa e interpretativista, com análises documentais de Manuais das plataformas digitais, Diário Oficial do Estado de São Paulo e legislações. Como resultado da hipótese inicial, a pesquisa confirmou que o tema investigado é atual e diretamente vinculado aos desafios e transformações do campo educacional, especialmente na desconstrução de discursos e na relação entre subjetividade, saber-poder e biopolítica. As reflexões produzidas evidenciaram que a discussão ultrapassa o presente, projetando-se como fundamental para o futuro da educação e para a formação integral dos sujeitos. O estudo reforça sua relevância científica ao ampliar a compreensão sobre o fazer pedagógico e as políticas educacionais, além de indicar a necessidade de novas investigações diante das rápidas mudanças sociais, tecnológicas e culturais. Assim, a pesquisa contribuiu tanto para o debate acadêmico quanto para a prática educacional, apontando caminhos que fortalecem o papel da educação na construção de uma sociedade mais crítica, inclusiva e transformadora.

Palavras-chave: Plataformização. Subjetividade. Biopolítica. Análise do Discurso. Educação. Foucault.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

FORNI, Jandira de Fátima Gonçalves. **Contemporary Biopolitical Devices: A Discursive Analysis of the Digital Platformization of Public Education in the State of São Paulo.** Master's Dissertation in Education, 2025. 87 p. Graduate Program in Education, Universidade São Francisco, Itatiba/SP.

ABSTRACT

This dissertation is part of the Research Line Education, Society, and Formative Processes within the Graduate Program in Education (Stricto Sensu) at Universidade São Francisco, situated in the field of Public Education Policy Studies and the Research Group Foucauldian Studies and Education. In the context of public education in the State of São Paulo, digital platforms have become increasingly present in educational processes. However, gaps remain in understanding how these platforms are being used, their impact on student learning, and the challenges faced by educators in their implementation. This research aims to problematize the discourse surrounding digital platforms in the management of contemporary public education in the State of São Paulo. The relevance of the study lies in addressing the challenges and dilemmas arising from the implementation of such platforms. The hypothesis suggests that the new conceptions of power dynamics in society and the ways in which social institutions exert control and discipline over subjects can be related to the current implementation of platforms—understood as neoliberal biopolitical devices—as they function as tools of discipline, monitoring, and control over educational subjects. The research is justified by its attempt to highlight the social impacts of digital platforms as instruments that overemphasize quantitative indicators, focusing solely on measurable aspects of presence and activity completion. The study seeks to answer the following questions: What effects of meaning emerge in the discourse of digital platforms that characterize them as a biopolitical device? What modes of subjectivation operate within the discourse of digital platforms? How is the discourse of platforms embedded in neoliberal rationality? The research adopts a Foucauldian perspective, mobilizing the following theoretical tools: discourse, subject, power-knowledge relations, and biopolitics. Additionally, the concept of neoliberalism is drawn from the studies of Dardot and Laval. It follows a qualitative and interpretivist approach, based on documentary analyses of digital platform manuals, the Diário Oficial do Estado de São Paulo, and related legislation. The findings confirm the initial hypothesis, demonstrating that the topic investigated is timely and directly connected to the challenges and transformations in the educational field, particularly regarding the deconstruction of discourses and the interplay between subjectivity, power-knowledge, and biopolitics. The reflections developed show that the discussion transcends the present moment, proving fundamental for the future of education and for the holistic formation of subjects. This study reinforces its scientific relevance by expanding the understanding of pedagogical practice and educational policies, as well as by highlighting the need for further investigations in the face of rapid social, technological, and cultural changes. Thus, the research contributes both to academic debate and educational practice, indicating paths that strengthen the role of education in building a more critical, inclusive, and transformative society.

Keywords: Platformization. Subjectivity. Biopolitics. Discourse Analysis. Education. Foucault.

¹ This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Resumo: Descritores, <i>Sites</i> e Quantidade Total de Trabalhos.....	.21
TABELA 2 - Plataformas Digitais.....	67

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Artigos, Resenha e Dissertações.....	23
QUADRO 2 - Artigo, Resenha e Dissertação selecionados.....	24
QUADRO 3 - Gestão e Programas/Projetos.....	51
QUADRO 4 - Normativas.....	56
QUADRO 5 – Protocolo de Observação.....	73

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Painel Escola Total.....	45
FIGURA 2 - Mapa Estratégico 2023-2026.....	63
FIGURA 3 - Painel Escola Total 2025.....	69
FIGURA 4 - Ciclo de Apoio Presencial.....	71
FIGURA 5 - Painel do Gestor - Apoio Presencial em Sala de Aula.....	72
FIGURA 6 - Histórico de Apoios.....	72
FIGURA 7 - Frases-Feedback.....	74
FIGURA 8 - Etapas do Apoio Presencial na Plataforma.....	75
FIGURA 9 - Painel - Apoio Presencial.....	76

LISTA DE ACRÔNIMOS E SIGLAS

APEOESP	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
APSA	Apoio Presencial em Sala de Aula
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BI	<i>Business Intelligence</i>
CMSP	Centro de Mídias da Educação de São Paulo
EaD	Ensino a Distância
CAPES	Catálogo de Teses & Dissertações
IES	Instituição de Ensino Superior
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo e Assexuais
PEB	Professor de Educação Básica
PEP	Unidades Prisionais
PNED	Política Nacional de Educação Digital
PrEP	Profilaxia Pré-Exposição
PROF-FILO	Programa Mestrado Profissional em Filosofia
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SED	Secretaria Escolar Digital
SEOM	Serviço de Obras e Manutenção Escolar
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
USF	Universidade São Francisco

SUMÁRIO

MEMORIAL: A Subjetividade nos caminhos do ensino e aprendizagem.....	13
INTRODUÇÃO.....	17
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	28
1.1 Sobre Foucault.....	28
1.2 Poder e Saber.....	31
1.3 Biopolítica.....	34
1.4 Sujeito e Discurso.....	36
1.5 Neoliberalismo à Luz das Perspectivas de Dardot e Laval.....	39
2 METODOLOGIA.....	44
2.1 Critérios para seleção do corpus documental.....	45
3 ANÁLISE.....	50
3.1 Macrodiscurso.....	50
3.1.1 As Relações entre os Setores público e privado na Educação do Estado de São Paulo.....	50
3.1.2 Marco legislativo.....	56
3.1.3 Portaria do Coordenador.....	58
3.1.4 Mapa Estratégico.....	63
3.2 Microdiscurso.....	66
3.3 Apoio Presencial.....	70
CONSIDERAÇÕES.....	78
REFERÊNCIAS.....	83

A Subjetividade nos caminhos do ensino e aprendizagem

O grande problema não é o que você não sabe. É o que você tem certeza que sabe, só que não é verdade.

Mark Twain

O presente memorial acadêmico visa apresentar, de forma reflexiva e crítica, um breve resumo da trajetória formativa e profissional desta mestrande ao longo de sua atuação no serviço público do Estado de São Paulo. É um percurso marcado por experiências, comprometimentos, ilusões e desilusões, que evidenciam desafios e alegrias inerentes ao trabalho educacional construído em transposição de diferentes contextos sociais, culturais, regionais e institucionais que atravessam os diferentes contextos de políticas públicas e as realidades das escolas públicas Paulista.

E, nessa caminhada, as vivências nesse processo educativo permitiram a consolidação de saberes pedagógicos e de uma vida com muitas aprendizagens. Os embates que se manifestaram nas concretudes do trabalho na educação, nas transformações estruturais da rede pública, nas “novas” exigências das políticas educacionais que mudam constantemente e impactam nos modos de ensinar e aprender.

Neste contexto, os desafios não foram entendidos como obstáculos, mas como elementos constitutivos importantes para um profissional de excelência da educação, que exigiu muita resiliência, criatividade, reinvenção permanente, disposição para enfrentamentos e aperfeiçoamentos.

Por conseguinte, este memorial reflete as práticas pedagógicas construídas no decorrer dessa longa jornada, que passou muito rápida, sem se aperceber das fortes transformações ocorridas no mundo e nas “novas” realidades escolares, entre elas a intensificação da burocratização do trabalho administrativo e docente, a efetivação das tecnologias digitais e as mudanças do perfil dos estudantes. Essas mudanças demandam novos olhares, novos modos, novas posturas, novas estratégias e novas compreensões por parte dos profissionais que atuam na educação.

Esse exercício de rememoração ressalta um compromisso ético e político assumido em prol da educação pública de qualidade para todos e compreendida como espaço de formação individual, integral e de transformação social.

Neste breve percurso está uma parcela da experiência individual que contribuiu para o debate sobre o lugar, o poder e o papel do educador, reafirmando a importância da educação como prática que articula saberes, subjetividades e responsabilidades sociais.

Iniciei a docência na educação pública Paulista em 5 de março de 1990, trazendo comigo muitos sonhos e esperanças de mudar o mundo. Foi uma trajetória marcada por

intensos aprendizados, desafios estratégicos e pela oportunidade de fazer diferente de tudo que eu havia discordado enquanto discente.

Posteriormente, ao assumir a função de Coordenadora Pedagógica, dei continuidade à minha trajetória profissional no campo educacional, agora num espaço de maior responsabilidade e abrangência. Seguindo os caminhos já trilhados como professora, pude desenvolver um olhar atento e sensível para o trabalho realizado pelas docentes dos anos iniciais, denominadas Professoras de Educação Básica I (PEB I).

A convivência cotidiana com essas profissionais permitiu-me observar a riqueza, a dedicação e a criatividade que permeavam as suas práticas pedagógicas, das quais me tornei profunda admiradora.

É importante destacar que, naquele período, a função de coordenação pedagógica abrangia, de forma simultânea, diferentes segmentos da educação básica: os anos iniciais do Ensino Fundamental, tanto da escola-sede quanto das unidades localizadas na zona rural, bem como os anos finais do Ensino Fundamental (5.º ao 9.º ano) e o Ensino Médio. Essa configuração ampliava os desafios da função, uma vez que exigia acompanhar realidades diversas, respeitando as especificidades de cada etapa de ensino e, ao mesmo tempo, buscando promover a articulação entre elas. Essa experiência contribuiu para consolidar minha percepção acerca da complexidade da gestão pedagógica e da relevância do trabalho colaborativo no fortalecimento dos processos formativos.

Na sequência da minha trajetória profissional, assumi o cargo de diretora de Escola, experiência que se apresentou como um novo marco em meu percurso no magistério público.

Ao iniciar essa etapa, alimentei a expectativa de promover transformações significativas no espaço escolar, acreditando ser possível imprimir uma gestão diferenciada em relação a algumas práticas tradicionais adotadas por outros profissionais que exerceram a mesma função antes de mim. Embora reconhecesse a pertinência de muitas dessas ações, buscava introduzir novas perspectivas, capazes de renovar a dinâmica escolar e fortalecer o processo educativo.

No entanto, com o tempo, compreendi que as mudanças estruturais no campo da educação dependem de fatores que extrapolam a vontade individual ou mesmo a dedicação de um gestor escolar. A dimensão política, os limites impostos pela burocracia, as condições materiais da escola e os contextos socioculturais da comunidade escolar revelaram-se determinantes nesse processo.

Assim, percebi que, ainda que não fosse possível “mudar o mundo”, foi viável transformar realidades mais próximas, impactando positivamente a vida de estudantes, famílias e profissionais da educação que compartilhavam o cotidiano da escola. Essa consciência reafirmou o valor das pequenas mudanças, que, embora localizadas, produzem efeitos significativos na constituição de trajetórias individuais e coletivas.

Na função de assistente da Diretoria de Ensino, tive a oportunidade de ampliar significativamente a minha compreensão acerca da dinâmica administrativa que sustenta o cotidiano escolar. Esse período foi essencial para conhecer em profundidade os trâmites burocráticos que envolvem tanto a preparação quanto a execução e o acompanhamento das atividades educacionais. Pude acompanhar processos relacionados à gestão da merenda escolar, ao controle e organização do transporte dos estudantes, à manutenção e arquivamento de documentos institucionais, à gestão de pagamentos e à regularização da vida funcional dos servidores da rede. Essa vivência possibilitou compreender como a dimensão administrativa, muitas vezes invisível aos olhos da comunidade escolar, constitui-se como eixo estruturante do funcionamento das unidades educacionais, garantindo condições adequadas para que o trabalho pedagógico se desenvolva de maneira eficiente e contínua.

E depois, como Supervisora de Ensino, último cargo concursado da carreira do magistério, até o momento, pois, infelizmente, com as “novas” políticas públicas, está caminhando para a extinção. Nos primeiros anos, mergulhei nas demandas mais urgentes: Remoção, Programas MEC, Educação Especial, Contratos, Ouvidorias, Educação de Jovens e Adultos, Fundação Casa, Centro de Ressocialização, Certificados-Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, Validação de Concluintes, Associação de Pais e Mestres, Conselho de Escola, Reuniões, Grêmio Estudantil, Autorização de Escolas e de cursos, Regimentos Escolares, Proposta Político Pedagógica, Matrizes, Calendários, Vida Escolar, Sala de Leitura, Legislações, Projetos, Plantões, Demandas da Secretaria de Educação, da Diretoria de Ensino, das Escolas, acompanhando o trabalho pedagógico das escolas, apoiando diretores e coordenadores, analisando indicadores, planejando intervenções, entre outras.

Entre relatórios, reuniões técnicas, visitas às escolas e acompanhamento de indicadores, tive a certeza de que a função de Supervisor de Ensino vai além do aspecto burocrático. Trata-se de liderança educativa, de caminhar junto, de apoiar com firmeza e apoiar com sensibilidade, de inspirar equipes a acreditarem que é possível transformar realidades com planejamento, diálogo e propósito.

Levo comigo toda a experiência construída, a paixão pela educação e o compromisso de seguir transformando vidas, agora unindo tecnologia, inovação e aprendizagem num novo patamar de desafios.

No decorrer desses 35 anos, a trajetória profissional e acadêmica foi marcada por intensas experiências que envolveram muito trabalho, estudos, momentos solitários, momentos de exaustão, momentos de vontade de desistir, momentos de avanços e retrocessos, momentos longe da família, momentos de dúvidas, momentos sem lazer, momentos de mudanças na política e momentos de incertezas quanto ao futuro e

questionamentos sobre o sentido de permanecer na profissão. Com mudanças políticas que, a cada novo governo, trouxeram consigo a dúvida: haverá investimentos na educação ou haverá cortes de verbas? Serão mantidos os projetos em andamento ou tudo será reconfigurado conforme os seus interesses, suas visões, suas “vontades”, a suas “verdades” de quem ocupa o poder. Esses momentos só podem ser verdadeiramente compreendidos por aqueles que vivenciam a realidade cotidiana da escola, por quem se encontra diariamente no “chão da escola”, enfrentando as contradições e as complexidades das práticas educativas.

Assim, é importante lembrar para pensar novos discursos e, como podemos observar, Foucault resgata historicamente o passado para desconstruir e construir os seus discursos. Então, percebemos o quão é importante ver o que o tempo tem a nos contar e nos ensinar.

Nesse contexto, torna-se fundamental olhar o passado como instrumento de reflexão crítica, a fim de compreender a constituição dos discursos que moldam o presente e projetar novas possibilidades de enunciação. Essa perspectiva dialoga com a concepção foucaultiana, segundo a qual o ato de lembrar não se limita à recuperação linear de acontecimentos históricos, mas se configura como um exercício de análise e problematização das condições que tornaram determinados discursos possíveis em determinados momentos históricos.

Ao resgatar o passado, Michel Foucault propõe um movimento de desconstrução e reconstrução discursiva, questionando as verdades instituídas e revelando os mecanismos de poder que atravessam os saberes e as práticas sociais. Assim, compreender a história sob essa ótica implica interrogar o tempo, não como mera sucessão de fatos, mas como um campo de disputas simbólicas e discursivas que continua a influenciar o presente.

Dessa forma, ouvir o que o tempo tem a nos dizer significa reconhecer que a história é um espaço de aprendizagem e de transformação, capaz de revelar as continuidades, rupturas e silenciamentos que permeiam a produção do conhecimento. Pensar o passado, portanto, é recriar o presente e abrir caminhos para novas formas de pensar e agir, pautadas por uma consciência crítica acerca das origens, das intenções e das implicações dos discursos que orientam a sociedade contemporânea.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa de mestrado encontra-se inserida na linha de pesquisa Educação, Sociedade e Processos Formativos e faz parte do Grupo de Pesquisa Estudos Foucaultianos e Educação, tendo como tema central as Plataformas Digitais da Educação Pública do Estado de São Paulo, que se apresentam como uma nova política de educação.

As plataformas digitais foram lançadas com o *Programa Sala do Futuro*, anunciado pelo Governador do Estado de São Paulo no dia 16.3.2023, pelo Secretário de Educação. O programa tem, supostamente, como objetivo modernizar a educação, reduzir a evasão escolar e tornar o ambiente escolar mais atrativo.

As ferramentas de Business Intelligence (BI) que deram início às plataformas começaram a ser aplicadas na educação a partir de julho de 2023, permitindo o acompanhamento diário das presenças dos estudantes, coleta e análise de dados, avaliações e tomadas de decisões. As cores do semáforo: vermelho, amarelo e verde são utilizadas para indicar os índices considerados adequados ou não. O vermelho, em especial, representa o insucesso do trabalho realizado naquele processo educacional desenvolvido.

Assim, as novas Políticas Educacionais do Estado de São Paulo estão sendo estruturadas com a implementação de trinta e sete plataformas no decorrer de 2025, fornecidas pelo Estado ou por empresas privadas que, provavelmente, não têm relação direta com a realidade da educação pública e nem com pesquisas na área de Educação. Essas empresas estão sendo contratadas pelo Governo para a prestação de serviços com altos valores.

De início, permite-se refletir sobre o modo como a educação vem sendo progressivamente concebida sob uma lógica mercantil, especialmente no âmbito do setor privado. Tal perspectiva evidencia um processo de comercialização do ensino, no qual o foco se desloca do compromisso com a formação integral e com os princípios didático-pedagógicos para a ampliação de lucros e a consolidação de mercados voltados à tecnologia educacional. Nesse contexto, observa-se o fortalecimento de empresas e plataformas tecnológicas que, muitas vezes, priorizam interesses econômicos em detrimento da qualidade pedagógica e da função social da educação.

Citamos como exemplo as seguintes plataformas: *Alura*, contratada no valor de R\$30.845.897,55 (trinta milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e noventa e sete reais e cinquenta e cinco centavos) para a totalidade de acessos; contratada: *AOVS Sistemas de Informática S.A.* A plataforma *Matific*, foi contratada no valor de R\$72.208.354,68 (setenta e dois milhões, duzentos e oito mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e oito centavos), contratada: *Matific Brasil Apoio Educacional Ltda.* Na seção que trata da Metodologia, são apresentadas as plataformas e os valores expendidos em cada uma delas, com base nos dados acessíveis durante a pesquisa.

Essas plataformas, implementadas na Educação Pública do Estado de São Paulo, aplicam princípios e práticas de gestão empresarial na Educação, como: atingir metas, uso de indicadores de desempenho e ênfase na eficiência e resultados.

Tendo como contexto as recentes políticas públicas apresentadas acima, esta pesquisa tem como objetivo geral problematizar o discurso produzido pelas plataformas digitais adotadas para a gestão da educação pública contemporânea do Estado de São Paulo.

Propõe-se como objetivos específicos:

1. Analisar os efeitos de sentido produzidos pelo discurso das legislações direcionadas aos gestores e professores sobre a implementação das plataformas digitais enquanto dispositivo de biopolítica.

2. Discutir como a implantação das plataformas digitais se configura em políticas em prol da privatização da educação no Estado de São Paulo.

3. Analisar como o funcionamento das plataformas digitais constrói novas subjetividades em educação que se aproximam do discurso neoliberal.

Toma-se como perguntas de pesquisa:

1. Quais efeitos de sentido emergem no discurso das plataformas digitais de modo a se caracterizar como um dispositivo de biopolítica?

2. Quais modos de subjetivação estão em funcionamento no discurso das plataformas digitais?

3. Como os efeitos de sentido produzido pelo discurso das plataformas digitais se insere na racionalidade neoliberal, de movimento em prol da privatização da educação?

Tem-se como hipótese que as novas concepções sobre as dinâmicas de poder em nossa sociedade, assim como o modo pelo qual as instituições sociais exercem controle e disciplina sobre os sujeitos, podem ser relacionados ao atual processo de implementação de Plataformas Digitais na Educação Pública do Estado de São Paulo, entendidas como dispositivos biopolíticos neoliberais, visto que atuam como ferramentas de disciplina, acompanhamento, monitoramento e controle dos sujeitos envolvidos na educação.

Como referencial teórico, serão utilizadas as ferramentas conceituais de viés discursivo foucaultiano: discurso, sujeito, relações de poder-saber e dispositivo de biopolítica, tendo como base os estudos de Foucault e os seus comentadores como Revel (2005), Castro (2009), Veiga-Neto (2011), Fonseca (2009), Dardot (2009), Laval (2009, 2019) e Mascia (2002) e como contexto as pesquisas de Políticas Públicas de Educação.

Esta dissertação adota uma abordagem qualitativa e interpretativista para refletir sobre como os discursos em torno das Plataformas Educacionais da Educação Pública Paulista contemporânea estão sendo implementados nas escolas para a realização desse estudo. O *corpus* da pesquisa é composto da seleção de plataformas digitais educacionais do

Estado de São Paulo, abrangendo a análise de manuais, normas, *Diário Oficial do Estado de São Paulo* e legislações.

No intuito de verificar as pesquisas já elaboradas sobre o objeto de investigação, a partir do viés foucaultiano, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, também compreendida como mapeamento teórico. Tal procedimento contribui para uma delimitação mais precisa e para estruturar melhor o problema de pesquisa, orientando o pesquisador na definição de objetivos consistentes e na identificação de lacunas que possibilitem novas contribuições ao campo. Dessa forma, o momento de revisão bibliográfica não se configura como mera exigência metodológica, mas como uma etapa essencial e estratégica, responsável por assegurar a originalidade, a pertinência e o potencial de avanço do estudo no âmbito acadêmico em que se insere.

Nessa perspectiva, em abril de 2025, foi realizado o levantamento de artigos, dissertações e teses produzidas no Brasil que abordam a temática da plataformização na educação, especialmente sob uma perspectiva foucaultiana.

No início, a tarefa de mapear artigos, dissertações e teses apresentou-se um pouco complexa. Isso ocorreu principalmente devido à escassez de trabalhos relacionados ao tema, especialmente aqueles relacionados ao aporte teórico foucaultiano. Tal situação é compreensível, pois se trata de uma política pública que ainda é relativamente recente no nosso Estado, o que explica a pouca produção acadêmica até o momento. Por essa razão, também não delimitamos um período específico das pesquisas. Mesmo assim, esse processo foi fundamental para obter uma melhor compreensão do cenário atual do tema e ajudou a identificar lacunas importantes que podem ser exploradas em futuras pesquisas.

Foram realizadas pesquisas na base de dados da *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)*, do *Google Acadêmico*, da *SciELO-Brasil* e do *Catálogo de Teses & Dissertações - CAPES*, que filtraram as informações e proporcionaram uma curadoria de materiais pertinentes, focados e específicos.

Começamos com um volume considerável de palavras-chave e, ao longo do processo, fomos ajustando e refinando as buscas para encontrar os trabalhos mais relevantes ao tema da pesquisa ou aqueles que pudessem ajudar a aprofundar o nosso estudo.

As primeiras palavras-chave utilizadas foram: Plataformas, Plataformização, Tecnologias Digitais, Privatização da Educação, Ensino Público do Estado de São Paulo, Biopolítica, Governamentalidade, Governamentalidade Algorítmica, Relações de Poder-Saber, Sujeito, Discurso, Subjetividade, Modos de Subjetivação, e fomos refinando.

Nos *sites* da *BDTD* e *Google Acadêmico* utilizamos as mesmas palavras, o que apontou para um total de zero; no *site* da *CAPES* e busca avançada – todos os campos – zero; na *SciELO* também zero. Alternamos as palavras-chave para Plataformização, Tecnologias Digitais, Ensino Público do Estado de São Paulo, Poder-Saber, Sujeito,

Governamentalidade, Foucault, nos *site Google Acadêmico*, encontramos dois resultados: 1º) *A Reforma do Ensino Médio e a Plataformização da Educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos*, de autoria de Renata Peres Barbosa e Natália Alves (2023) e 2º) *A reforma do ensino médio no Paraná: dos enunciados da Lei 13.415/17 à regulamentação estadual*, de autoria de Monica Ribeiro Silva, Renata Peres Barbosa e Cleci Korbes (2022). Nos *sites da BDTD* também, em busca avançada da *CAPES*, apresentaram resultado zero. *SciELO*, na busca avançada, apareceu um trabalho: *Inteligência Artificial e formação danificada: aprendizagem profunda e ética rasa entre professores e alunos*, de autoria de Antônio Álvaro Soares Zuin (2021).

A seguir, pesquisamos com as palavras-chave Plataformas Educacionais, Sujeito, Relações de Poder, Dispositivos, Educação, Modos de Subjetivação, Foucault, no *site Google Acadêmico*, sendo identificada uma pesquisa: *O avanço das tecnologias digitais na educação escolar e as suas implicações político-pedagógicas*, de autoria de Geandréia Zanoni de Oliveira (2023). Nos *sites BDTD*, busca avançada, também zero; na *CAPES* também zero e *SciELO* o resultado foi zero, sendo que na busca avançada identificou o trabalho: *Nova Gestão Pública e Governos Democráticos-Populares: Contradições entre busca da eficiência e a ampliação do direito à educação*, de autoria de Dalila Andrade Oliveira (2015).

Após, utilizarmos as palavras-chave Neoliberalismo, Educação, Plataformas, Governamentalidade, Biopoder e Foucault no *site do Google Acadêmico* foram identificados quatro resultados: 1) *Novas formas de privatização da gestão educacional no Brasil: as corporações e o uso das plataformas digitais* de Thereza Adrião e Cassia Alessandra Dominiciano (2020); 2) *A corrosão da educação pública no Brasil: privatizações e precariedades* de Thereza Adrião e Selma Venco (2022); 3) *A privatização da Educação Básica e suas implicações para o direito humano à educação na contemporaneidade* também de Thereza Adrião e Maria Vieira Silva (2023); 4) *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder* de autoria de Jadson Maia, Patricia Silva e Cristina Almeida (2021).

No *site do BDTD* encontramos zero resultados, na busca avançada, também zero. No *site da CAPES* zero resultados. No *SCIELO* dois: 1) *O filantropocapitalismo e a terceira geração da privatização da educação paulista* de Thereza Adrião, Nadia Drabach, Teise Garcia, Maria José Masé B. dos Santos (2024) e 2) *Máquinas de Administrar a Educação: Dominação Digital e Burocracia Aumentada*, de Carlos Lima Licínio (2021).

Em seguida, utilizamos as palavras-chave Ensino Público do Estado de São Paulo, Plataformas, Governamentalidade, Sujeito, Subjetivação, Foucault, as quais apontaram como resultado uma pesquisa no *site Google Acadêmico*: *As plataformas informáticas como instrumentos de regulação da organização e gestão escolar*, por Ana Paula Xavier Catalão e Carlos Augusto Pires (2020). No *site BDTD* zero, busca avançada 0 (zero); Na *CAPES* zero, e *SciELO* zero.

Na sequência, utilizamos as palavras-chave Plataformas, Poder-Saber, Subjetivação, Foucault com as quais obtivemos no *site Google Acadêmico* dois resultados: 1) *O Panóptico Virtual e o Diário Digital: Uma reflexão foucaultiana sobre plataformas digitais e a educação no Amazonas* por Daniel da Silva Cruz, (2020), 2) *Educação: As contribuições da estética da existência para a Educação*, de Maria Jordana de Brito Gomes (2023). No *site* do *BDTD*, obtivemos dois resultados. Na busca avançada, também dois: 1) *Subjetividades e visibilidade LGBTQIA+ na ciberpublicidade: uma análise de discurso nos comentários publicados nas campanhas de Doritos Rainbow no Facebook-Erik*, autoria de Ruan Santana da Silva (2020), 2) *@RUPIKAUR_:vozes femininas/feministas e(m) poesia em meio digital* de Paloma Larissa Souza Guimarães de Lima (2021). E nos *sites* *CAPES* zero e *SciELO* obtivemos zero resultados.

Posteriormente, inserimos as palavras: Plataformas Digitais, Biopolítica, Governamentalidade, Foucault e no *Google Acadêmico* obtivemos resultado zero, na *BDTD* duas, e avançada também duas: 1) *Prevenção em controvérsias: as disputas em torno do PrEP no Youtube* por Mayllon Lyggon de Sousa Oliveira (2022), 2) *Professor por vir: práticas de subjetivação e(m) inovação* de Tacia Rocha (2017). No *site* *CAPES* resultado 0 (zero); e *SciELO* resultou em zero.

Imediatamente, reduzimos as palavras-chave para Plataformas, Educação, Foucault. No *Google Acadêmico* resultado zero, na *BDTD* resultado zero, no *site* da *CAPES* foram apontados quatro: 1) *O “boom” das plataformas digitais nas práticas de ensino: Uma experiência do E@D no ensino superior* de Natália Lopes, Anabela Gomes (2020); 2) *As mídias e as plataformas digitais no campo da Educação Permanente em Saúde: debates e propostas* de autoria de Tânia França, Elaine Teixeira Rabello, Carinne Magnago (2019); 3) *O controle das plataformas digitais: Nomear a Economia, Gerenciar o Trabalho e (Des)Regular os Direitos*: Karen Artur, Ana Cláudia Moreira Cardoso (2020) e 4) *O uso das Plataformas Digitais pelas IES no contexto de afastamento social pela Covid-19* de Camila Bahia Góes, Glauber Cassiano (2020). No *site* da *SciELO* apontaram 0 (zero).

A seguir, apresentamos uma tabela com o resumo da pesquisa explicitada acima, indicando as palavras-chave utilizadas, os *sites* e a quantidade total das pesquisas encontradas.

Tabela 1 - Resumo: Palavras-chave, *Sites* e Quantidade Total de Trabalhos que se aproximaram:

Plataformas, Plataformização, Tecnologias Digitais, Privatização da Educação, Ensino Público do Estado de São Paulo, Biopolítica, Governamentalidade, Governamentalidade Algorítmica, Relações de Poder-Saber, Sujeito, Discurso, Subjetividade, Modos de Subjetivação			
BDTD	Google	CAPES	SciELO

0	0	0	0
Plataformização, Tecnologias Digitais, Ensino Público do Estado de São Paulo, Poder-Saber, Sujeito, Governamentalidade, Foucault			
BDTD	Google	CAPES	SciELO
0	2	0	1
Plataformas Educacionais, Sujeito, Relações de Poder, Dispositivos, Educação, Modos de Subjetivação, Foucault			
BDTD	Google	CAPES	SciELO
0	1	0	1
Neoliberalismo, Educação, Plataformas, Governamentalidade, Biopoder, Foucault			
BDTD	Google	CAPES	SciELO
0	4	0	2
Ensino Público do Estado de São Paulo, Plataformas, Governamentalidade, Sujeito, Subjetivação, Foucault			
BDTD	Google	CAPES	SciELO
0	1	0	0
Plataformas Digitais, Biopolítica, Governamentalidade, Foucault			
BDTD	Google	CAPES	SciELO
2	2	0	0
Plataformas, Educação, Foucault			
BDTD	Google	CAPES	SciELO
0	0	4	0

Elaborado pela Pesquisadora

Com base nos dados acima e seguindo os critérios de proximidade por se mostrarem pertinentes com o tema e com os objetivos da pesquisa a serem estudados nesta dissertação, foram selecionados quinze títulos para a leitura dos resumos: doze artigos, duas dissertações e uma resenha que poderão, entre outras referências para integrar as referências desta pesquisa.

Quadro 1 - Artigos, Resenha e Dissertação selecionadas conforme o objeto de estudo desta pesquisa:

Título	Autor	Instituição de Ensino Superior/Publicação	Ano	Tipo de Produção	Site
<i>Novas formas de privatização da gestão educacional no Brasil: as corporações e o uso das plataformas digitais</i>	ADRIÃO, Thereza; DOMINICIANO, Cassia Alessandra	Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 14, n. 30, p. 670-687, set./dez. 2020. Disponível em: < http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde >	2020	Artigo	Google
<i>A corrosão da educação pública no Brasil: privatizações e precariedades</i>	ADRIÃO, Thereza; VENCO, Selma	Artículos y Praxis Latino Americana. Año: 27, n. 96, 2022, e 57902 7 0 Revista Internacional de Filosofía y Teoría Social CESA-FCES-Universidad del Zulia. Macaibo-Venezuela ISSN 1316-5216/ ISSN-e: 2477-9555	2022	Artigo	Google
<i>A privatização da Educação Básica e suas implicações para o direito humano à educação na contemporaneidade</i>	ADRIÃO, Thereza; SILVA, Maria Vieira	Educação e Filosofia, Uberlândia, v.37, n.79, p. 31-38, jan./abr. 2023. ISSN Eletrônico 1982-596X	2023	Artigo	Google
<i>O filantropocapitalismo e a terceira geração da privatização da educação paulista</i>	ADRIÃO, Thereza; DRABACH, Nadia; GARCIA, Teise; SANTOS, Maria José Masé B. dos	Educação Pesquisa, São Paulo, v. 50, e262306, 2024	2024	Artigo	SciELO
<i>A Reforma do Ensino Médio e a Plataformização da Educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos</i>	BARBOSA, Renata Peres; ALVES, Natália	Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 21, p. 1-26, 2023 e-ISSN: 1809-3876 Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo – PUC-SP http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum	2023	Artigo	Google
<i>As plataformas informáticas como instrumentos de regulação da organização e gestão escolar</i>	CATALÃO, Ana Paula Xavier; PIRES, Carlos Augusto	Revista Portuguesa de Investigação Educacional, n.º especial, 2020, pp. 85-110	2020	Artigo	Google
<i>O Panóptico Virtual e o Diário Digital: Uma reflexão foucaultiana sobre plataformas digitais e a educação no Amazonas</i>	CRUZ, Daniel da Silva	Universidade Federal do Amazonas (UFAM) PRISMA, Vol. 2, Nº 2, jul. / dez. de 2020, pp. 120 - 134	2020	Artigo	Google
<i>Foucault e a Educação: As contribuições da estética da existência para a educação</i>	GOMES, Maria Jordana de Brito	Universidade Federal do Piauí Cadernos do Pet, V. 14, ISSN: 2176-5880	2023	Artigo	Google
<i>Máquinas de Administrar a Educação: Dominação Digital e Burocracia Aumentada</i>	LICÍNIO, Carlos Lima	Educ. Soc., Campinas, v. 42, e249276, 2021	2021	Artigo	SciELO

<i>Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder</i>	MAIA, Jadson; SILVA, Patricia; ALMEIDA, Cristina	Revista Mídia e Cotidiano ISSN: 2178-602X Resenha Volume 15, Número 3, set./dez de 2021	2021	Resenha	Google
<i>Nova Gestão Pública e Governos Democráticos-Populares: Contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação</i>	OLIVEIRA, Dalila Andrade	Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 132, p. 625-646, jul.-set., 2015	2015	Artigo	SciELO
<i>O avanço das tecnologias digitais na educação escolar e suas implicações políticas pedagógicas</i>	OLIVEIRA, Geandréia Zanoni de	Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Cascavel	2023	Dissertação	Google
<i>Professor Por Vir: Práticas de Subjetivação e(m) Inovação.</i>	ROCHA, Tacia. 2017.	Universidade Estadual de Maringá	2017	Dissertação	BDTD
<i>A reforma do ensino médio no Paraná: dos enunciados da Lei 13.415/17 à regulamentação estadual</i>	SILVA, Monica Ribeiro; BARBOSA, Renata Peres e KÖRBES, Cleci	Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 16, n. 35, p. 399-417, mai./ago. 2022. Disponível em: http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde	2022	Artigo	Google
<i>Inteligência Artificial e formação danificada: aprendizagem profunda e ética rasa entre professores e alunos</i>	ZUIN, Antônio Álvaro Soares	Educar em Revista, Curitiba, v. 37, e80158, 2021	2021	Artigo	SciELO

Fonte: Elaborado pela Pesquisadora

Tendo lido os resumos dos trabalhos acima mencionados, verificou-se que apenas três se aproximam do referencial teórico desta pesquisa, conforme o quadro 2, a seguir.

Quadro 2 - Artigo, Resenha e Dissertação selecionadas de acordo com o objeto de estudo desta pesquisa:

Título	Autores	Objetivos Gerais
<i>O Panóptico Virtual e o Diário Digital: Uma reflexão foucaultiana sobre plataformas digitais e a educação no Amazonas</i>	CRUZ, 2020	“O presente artigo tem como objetivo fazer uma análise, embasada no conceito de panóptico virtual, sobre a ferramenta virtual Diário Digital, utilizada como plataforma de registro de dados pelos professores da rede pública de ensino do Estado do Amazonas.” (Cruz, 2020, p.121)
<i>Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder</i>	MAIA, SILVA e ALMEIDA, 2021	No livro objeto desta resenha, o autor dirige proposições cirúrgicas para pensar como “a liberdade e a comunicação ilimitada se transformaram em monitoramento e controle total” (HAN, 2018b, p. 19). O argumento fundamental é a autoexploração como aspecto paradoxal da nossa condição no regime neoliberal, pois, conforme o autor desenvolve: “é a exploração da liberdade que produz o maior lucro” (HAN, 2018b, p. 12).
<i>Professor Por Vir: Práticas de Subjetivação e(m) Inovação.</i>	ROCHA, 2017.	“Demonstrar o modo como se estabelece funcionamento do dispositivo Sociedade da Informação e do Conhecimento em práticas discursivas acerca do “professor inovador”, em

		circulação no ciberespaço - plataforma <i>Porvir.org</i> , as quais, sob o exercício do biopoder e da biopolítica, estabelecem regimes de verdade constituídos por princípios de produtividade, eficácia, eficiência e otimização no e para o campo educacional, especificamente, no trato do processo de ensino e da aprendizagem.” (Rocha, 2017, p.30)
--	--	--

Fonte: Elaborado pela Pesquisadora

Com base nesses levantamentos procedeu-se à elaboração de uma síntese dos resumos referentes ao artigo, à resenha e às dissertações elencados no quadro acima, pois dialogam com as obras do autor Michel Foucault. A sequência apresentada foi organizada em ordem alfabética, conforme os sobrenomes dos pesquisadores.

O artigo de Cruz (2021), *O Panóptico Virtual e o Diário Digital: Uma reflexão foucaultiana sobre plataformas digitais e a educação no Amazonas*, é resultado parcial da dissertação intitulada *Filosofia e Currículo: análise da Proposta Curricular do Ensino Médio para a disciplina de Filosofia do Estado do Amazonas*, apresentada ao programa Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO), UFAM. O objetivo foi analisar a plataforma Diário Digital como um princípio de panóptico virtual, estabelecendo uma relação entre a sociedade disciplinar e a instituição escolar. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, tendo como referência a obra *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão (1975)*, de Michel Foucault. O texto apresenta como resultado questões pontuais relacionadas à utilização da plataforma e às restrições de liberdade do corpo docente na escolha dos conteúdos a serem ministrados, sugerindo indícios de um panóptico virtual.

Maia, Silva e Almeida (2021), na *resenha Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*, discutem como “[...] a liberdade e a comunicação ilimitada se transformaram em monitoramento e controle total” (Han, 2018b, p. 19). Os autores apresentam a autoexploração como um aspecto paradoxal da nossa condição sob o regime neoliberal, destacando a emergência de uma nova forma de sujeição e suas implicações nas relações interpessoais. A resenha aborda ainda um panóptico digital, que molda as redes sociais, nas quais os indivíduos se expõem voluntariamente, sem necessidade de coação externa, entregando os seus dados a dispositivos de vigilância, controle e subjetivação. A psicopolítica é comparada a uma serpente, sendo uma técnica de governança predominante que utiliza *big data* como ferramenta para controlar a psique.

Já Rocha (2017), na dissertação com o título *Professor Por vir: Práticas de Subjetivação e(m) Inovação*, aborda a influência das tecnologias do biopoder e da biopolítica e as práticas discursivas atribuídas ao professor que deve exercer o papel de inovar. Essas práticas criam modos de conduta e regimes de verdade que refletem a necessidade de atualizar o ensino-aprendizagem no Brasil. Na perspectiva do biopoder e da biopolítica, essas práticas estabelecem regimes de verdade pautados em produtividade, eficácia, eficiência e

otimização no campo educacional. Rocha utilizou os conceitos teórico-metodológicos de Foucault, com a Análise do Discurso franco-brasileira, e adotou uma abordagem arqueogenealógica. Essa metodologia permitiu explorar as relações de saber-poder presentes nas páginas virtuais que funcionam como espaços onde se promove a normalização do que significa ser professor na contemporaneidade. Assim, o estudo se insere na discursividade que constrói a transição da figura professor tradicional para o professor tecnológico e inovador. O dispositivo discursivo, nesse contexto, funciona como uma máquina de produção de subjetividades. Além disso, as formas de controle na sociedade atual, exercidas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação, atuam de maneira inaudível e incessante, moldando a subjetividade do professor por meio de processos de inovação constantes.

Apenas esses três textos apresentaram discussões que corroboram com a proposta desta pesquisa. Essa constatação reforça a importância do presente estudo ao contribuir com novas possibilidades de reflexões acerca do tema das Plataformas Digitais na Gestão do Ensino Público do Estado de São Paulo, um tema ainda pouco explorado sob uma perspectiva discursivo-foucaultiana.

Assim, do ponto de vista acadêmico, esta pesquisa se justifica por buscar avançar nas investigações sobre como as tecnologias da informação adentram nas escolas públicas do Estado de São Paulo, num cenário influenciado por políticas neoliberais. Tais políticas negligenciam frequentemente o papel e a formação dos professores. A análise dos trabalhos disponíveis revela que inexistem estudos que abordem as plataformas digitais na escola pública paulista a partir de um viés discursivo de inspiração foucaultiano.

Diante da justificativa acadêmica apresentada e a partir da evidência de poucos trabalhos sobre a plataformização, na 'interface' com os estudos foucaultianos, apontamos a importância deste estudo para os debates educacionais. Do ponto de vista social, a presente pesquisa se justifica por buscar compreender os indícios dos impactos das plataformas digitais na sociedade, enquanto instrumento que enfatiza excessivamente indicadores quantitativos, levando em consideração apenas os aspectos mensuráveis, como a presença e a realização de atividades. Essa abordagem consome recursos humanos, exige muito tempo para atender ao ranqueamento entre as unidades escolares e dos profissionais, gerando excesso de pressão e de carga de trabalho, desconsiderando aspectos subjetivos e relacionais do processo educacional. Tal contexto favorece o individualismo e enfraquece a solidariedade no ambiente escolar.

Do ponto de vista pessoal, como profissional da educação há mais de trinta anos e por vivenciar os desafios e as complexidades do sistema educacional contemporâneo, com ênfase na plataformização nas escolas públicas paulistas, a presente pesquisa amplia os questionamentos e os pensares acerca das práticas educacionais vigentes. Iremos refletir sobre as relações de poder e saber que surgem e outros já enraizados no contexto escolar,

investigando como esses elementos moldam as subjetividades de todos os envolvidos no processo educacional.

A presente dissertação se organiza do seguinte modo: após a introdução, será apresentado o referencial teórico, seguido de uma seção que trata da metodologia, uma seção traz a análise, e para encerrar algumas considerações.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, utilizando Veiga-Neto (2011), apresentaremos inicialmente o percurso bibliográfico resumido do pensador Michel Foucault, cujas obras nos forneceram as ferramentas teóricas essenciais para a presente pesquisa. Abordaremos os “três Foucaults” nos domínios arqueológico, genealógico e ético e, na sequência, serão apresentados os conceitos adotados: relações de poder-saber, biopolítica, discurso e sujeito. Ao final da seção, será apresentada a nossa concepção de neoliberalismo, a partir dos estudos de Dardot e Laval (2016).

A reflexão sobre a obra do filósofo revela-se uma ferramenta intelectual valiosa para compreender as dinâmicas atuais e, ao mesmo tempo, capaz de promover reflexões para as mudanças necessárias. Como afirma Veiga-Neto (2011, p. 15-16), “[...] é no estudo da obra do filósofo que se pode buscar algumas maneiras produtivas de pensar o presente, bem como novas e poderosas ferramentas para tentar mudar o que se considera ser preciso mudar”.

E nesse entrelaçamento, Foucault nos faz refletir sobre a natureza do filosofar no contexto contemporâneo, que é mais do que um exercício crítico do pensamento sobre si mesmo, é um trabalho reflexivo do próprio ato de pensar: “[...], mas o que é filosofar hoje em dia-querer dizer, a atividade filosófica não é senão o trabalho crítico do pensamento sobre o pensamento?” (Foucault, 1994, p.13)

Portanto, ao considerarmos essa perspectiva, fica claro que o filosofar contemporâneo transcende a simples crítica, assumindo uma dimensão mais profunda de reflexão sobre o ato de pensar. Essa abordagem nos convida a repensar não apenas o conteúdo do pensamento, mas também a própria prática de pensar, reconhecendo-a como uma atividade dinâmica e contínua que molda a nossa compreensão do mundo e de nós mesmos. Assim, o filosofar hoje se revela como um exercício de autoquestionamento e de construção de sentido, fundamental para a nossa existência no presente.

1.1 Sobre Foucault

Paul-Michel Foucault nasceu em 15 de outubro de 1926, na cidade de *Poitiers*, França. Seus pais foram Paul Foucault e Anna Malapert. O pai de Foucault exerceu a profissão de cirurgião e atuou como professor de anatomia; seus avós paternos e maternos também eram cirurgiões. Essa trajetória familiar evidencia a presença significativa da medicina na formação e no ambiente social do filósofo.

A sua trajetória acadêmica e intelectual foi marcada por uma formação extensa e diversificada, iniciada no ensino primário no *Liceu de Poitiers* entre 1932 e 1936, período que

coincidiu com a ascensão do Nazi-Fascismo na Europa, incluindo a invasão da França em 1940 e a instalação da República de Vichy (1940-1944).

Foucault concluiu a licenciatura em Filosofia na *Sorbonne* em 1948 e, posteriormente, em Psicologia em 1949. Durante a década de 1960, dedicou-se a intensos estudos na *Biblioteca Nacional de Paris*, apresentando suas duas teses na *Sorbonne* em 1961: *a História da Loucura e Literatura* (1961, 1963). Ao longo da sua trajetória até o seu falecimento em Paris, em 25 de junho de 1984, Michel Foucault dedicou-se ao desenvolvimento de uma vasta gama de temas que permanecem atuais e relevantes na compreensão das dinâmicas sociais, políticas e filosóficas. Entre esses temas, destacam-se as questões relacionadas à subjetividade, à construção da verdade, ao cuidado de si, à ética da palavra. Sua reflexão também abordou aspectos como a amizade, o momento propício, a relação com o outro, o discurso, a confissão, o papel do filósofo, o governo de si e dos outros, além de conceitos de resistência e a possibilidade de outra vida num mundo outro.

Esses temas foram articulados a partir de uma análise crítica das instituições sociais disciplinares, como prisões, hospitais e escolas, da produção de saberes e das estruturas de poder, contribuindo para uma compreensão aprofundada das formas de governamentalidade e das práticas de subjetivação. Segundo Veiga-Neto, “[...] foi Foucault aquele que melhor nos mostrou como as práticas e os saberes vêm funcionando, nos últimos quatro séculos, para fabricar a Modernidade e o assim chamado *sujeito moderno*” (Veiga-Neto, 2011, p. 15).

Dessa forma, Foucault consolidou-se como um dos pensadores mais influentes do século XX, promovendo uma transformação nas estruturas metodológicas da filosofia e das ciências humanas. Suas contribuições continuam a impactar diversas áreas do conhecimento, fomentando debates contínuos acerca das relações entre poder, saber e vida.

Nesse novo registro, o que importa não é *descobrir o que somos nós*, sujeitos modernos; o que importa é perguntamos como chegamos a ser o que somos, para a partir daí, podermos *contestar aquilo que somos*. É de tal contatação que se pode abrir novos espaços de liberdade, para que possamos escapar da dupla coerção política que a Modernidade inventou e que nos aprisiona: de um lado, a individualização crescente; de outro lado e simultaneamente, a totalização e a saturação das coerções impostas pelo poder. (Veiga-Neto, 2011, p. 40)

Para uma análise do discurso sob a perspectiva de Michel Foucault, torna-se imprescindível considerar a totalidade da sua obra, de modo a compreender as diferentes dimensões do seu pensamento. No que tange aos três momentos característicos, frequentemente referidos como os “três Foucaults”, adotamos a leitura fundamentada na classificação proposta por Veiga-Neto (2011), a qual segmenta, metodologicamente, a trajetória intelectual do filósofo em três fases: arqueológica (O Ser-Saber), genealógica (O Ser-Poder) e ética (O Ser-Consigo).

Essa abordagem permite uma compreensão mais aprofundada das transformações conceituais e metodológicas presentes na obra foucaultiana ao longo da sua produção.

O primeiro Foucault, identificado como da arqueologia, trata do domínio do *Ser-Saber*, possibilita a problematização dos regimes discursivos que moldam o campo em análise, interrogando os modos como certas verdades se instituem em contextos históricos específicos, produzindo determinadas compreensões sobre a vida, a saúde, a normalidade. “[...] Foucault nos traz detalhados estudos históricos com os quais e a partir dos quais ele constrói variadas ferramentas analíticas que podemos usar em nossas próprias pesquisas e nossas práticas sociais e educacionais” (Veiga-Neto, 2011, p.16).

O segundo Foucault, identificado como da genealógica, trata do domínio do *Ser-Poder*, oferece ferramentas para a investigação dos mecanismos pelos quais o poder se inscreve nas práticas sociais e nos dispositivos biopolíticos que produzem efeitos de normalização, regulação, otimização e controle, revelando as correlações entre saber, poder e corpo.

E o terceiro, é o Foucault centrado na ética e nas práticas de si, trata do domínio do *Ser-Consigo*, o que possibilita refletir sobre a constituição dos sujeitos e os modos pelos quais estes se relacionam consigo próprios e com os outros, produzindo a subjetivação dos sujeitos.

A articulação entre esses três momentos do pensamento foucaultiano não é uma cronologia rígida, configura-se como um recurso analítico que permite problematizar a biopolítica mais que uma tecnologia de poder, um campo de disputas que se forjam resistências e novas formas de subjetivação.

O que importa mesmo é, junto com Foucault, tentarmos encontrar algumas respostas para a famosa questão nietzschiana - *o que estão (os outros) e estamos (nós) fazendo de nós mesmos?* -, para, a partir daí, lançarmos adiante novas perguntas, num processo infinito cujo motor é a busca de uma existência diferente para nós mesmos e, se possível uma existência melhor. (Veiga-Neto, 2011, p.11)

As três fases do pensamento de Foucault, arqueologia, genealogia e ética, nos trazem olhares reflexivos, outras perspectivas críticas à filosofia tradicional, propiciando discussões sobre uma dualidade que podemos observar na linguagem e nos discursos emergidos pelos conhecimentos dos homens e que se manifestam nas relações sociais. “[...] O que o move é, no fundo, uma permanente suspeita que se contorce e se volta até mesmo contra sua própria filosofia e sua intensa militância política, como se ele quisesse se libertar até de si mesmo” (Veiga-Neto, 2011, p.22)

Dessa forma, a compreensão dessas três fases explicita os deslocamentos metodológicos e conceituais presentes no pensamento foucaultiano, e também possibilita uma apreensão mais aprofundada da complexa articulação entre saber, poder e subjetivação na sua obra.

A crítica foucaultiana é uma *crítica da crítica*, que está sempre pronta a se voltar contra si mesma para perguntar sobre as condições de possibilidade de sua existência, sobre as condições de sua própria racionalidade. Nesse sentido, é uma crítica cética e incômoda: ela mais pergunta-até mesmo sobre si mesma-do que explica. Ela torce e se retorce sobre ela mesma, revisando-se e desconstruindo-se permanentemente. (Veiga-Neto, 2011, p. 24)

A seguir, apresentamos os domínios e as ferramentas foucaultianas de maior relevância para esta pesquisa, a saber: as relações de poder-saber e biopolítica que passam por discursos e sujeitos.

1.2 Poder e Saber

A compreensão do fenômeno do poder, em sua relação intrínseca com o saber, constitui uma das principais contribuições de Michel Foucault para os estudos da análise social. Segundo o autor, o poder não se manifesta apenas como uma força repressiva, mas também como uma produção de saberes que moldam as formas de verdade e de subjetivação (Foucault, 1992). Na sua obra *Vigiar e Punir*, Foucault (1989, p. 31) evidencia como as instituições disciplinares e os mecanismos de vigilância operam na produção de saberes sobre os corpos e as condutas, configurando uma microfísica do poder que permeia as relações sociais cotidianas.

A fase genealógica, que investiga o domínio do Poder-Saber, revela-se fundamental para compreender as articulações discursivas e as práticas que sustentam as formas de poder na sociedade moderna. Assim, ao explorar essa dimensão do poder, este subtópico busca aprofundar a compreensão de como as práticas de poder-saber se articulam na constituição de formas de poder que operam de maneira difusa e contínua, influenciando as formas de governar e de subjetivação na sociedade contemporânea.

Essa análise se apoia na abordagem genealógica de Foucault, que permite desvelar as relações de poder-saber nas suas múltiplas manifestações, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada do fenômeno do poder em suas microfísicas.

A fase genealógica, que investiga o domínio do Poder-Saber, incluindo os seus discursos e articulações, apresenta-se como uma dimensão de extrema relevância para a fundamentação e desenvolvimento desta dissertação.

O que a genealogia procura fazer, então, é descentrar e desestatizar o poder, tentando apreender as suas manifestações nas muitas práticas (discursivas ou não) que se articulam e se combinam e nos atravessam e nos conformam, ao nível individual e ao nível político. (Veiga-Neto, 2011, p. 119)

Para compreender as dinâmicas do poder na sociedade contemporânea, é fundamental ultrapassar uma visão unicamente negativa das suas manifestações, que frequentemente o associa a ações de exclusão, repressão, recalque, censura, abstração, mascaramento e ocultação. Em vez disso, é necessário reconhecer que o poder também desempenha um papel ativo na produção de realidades, moldando campos de objetos e estabelecendo rituais de verdade.

Dessa forma, o indivíduo e o conhecimento a seu respeito emergem justamente dessa produção contínua de realidades e verdades.

Temos que deixar de descrever sempre os efeitos do poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, recalca”, “censura”, “abstrai”, “máscara”, “esconde”. Na verdade, o poder produz realidade, produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção (Foucault, 1999, p.172).

As relações de poder e saber estão centradas na análise das dinâmicas sociais e individuais, deslocando o foco tradicional das estruturas de poder concentradas em instituições para uma visão ampla e descentralizada, em que o poder se manifesta de forma generalizada e permeia todas as relações sociais.

Foucault pulveriza e descentra o poder: não o compreende como algo que emane de um centro-instituições ou Estado-, como algo que se possui e que tenha uma natureza ou substância própria, unitária e localizável. E para que isso seja possível, o saber entra como elemento condutor do poder, como correia transmissora e naturalizadora do poder, de modo que haja consentimento de todos aqueles que estão nas malhas do poder. No interior das relações de poder, todos participam, todos são ativos. (Veiga-Neto, 2011, p.119)

Foucault propõe uma reflexão descentralizada do poder, trazendo-o como uma rede de enredamentos de relações que permeiam todos os aspectos da vida em sociedade na condução das condutas.

Dispomos da afirmação que o poder não se dá, não se troca, nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, como também da afirmação que o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força. (Foucault, 2010, p. 99)

Essa concepção de poder questiona os conceitos tradicionais de dominação e submissão, ressaltando a sua presença em todas as instituições, nas práticas diárias, e nas formas de conhecimento.

De acordo com Veiga-Neto (2011), Foucault afirma que o saber é produzido e configurado no âmbito de uma construção histórica, compreendida como uma rede de

relações de força que moldam as formas pelas quais um indivíduo influencia a ação de outros e, simultaneamente, regula a própria conduta.

Voltemos à definição de exercício de poder como um meio por meio do qual certas ações de indivíduos podem estruturar o campo de ações possíveis de outros indivíduos. O que, no entanto, seria próprio às relações de poder é que tais relações são modos de ações sobre outras ações. Isso quer dizer que as relações de poder estão profundamente enraizadas nas redes de relações formadas pelos indivíduos, e não "acima" da sociedade como se fosse uma estrutura suplementar cuja supressão seria possível ou desejada por alguém. De qualquer forma, viver em sociedade é viver de tal modo que as ações sobre outras ações são possíveis – e de fato acontece. Uma sociedade sem relações de poder somente pode ser uma abstração (Foucault, 1982, p. 222).

Foucault (1979) crê que o poder abre possibilidades de resistências, através de práticas dissidentes, subversivas discursivas e de criação de contra-saberes.

Não coloco uma substância da resistência face a uma substância do poder. Digo simplesmente: a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa. (Foucault, 2010, p.136)

Essa perspectiva evidencia a inseparabilidade entre os processos de produção de poder, saber e resistência.

O conceito de “dispositivo de poder-saber”, trazido por Foucault, refere-se a como as práticas em instituições, escolas, hospitais, tribunais, prisões e também e nas áreas de conhecimentos como ciências, medicina, religião, psiquiatria são utilizadas para produzir conhecimentos, disseminar e legitimar tanto o poder quanto o saber, tonando-se onipresente e multidirecional nas dinâmicas imperativas das relações sociais, dos papéis sociais “[...] como e sob qual forma se tecniciza esta relação verbal com o Outro na direção da consciência” (Foucault, 2006, p. 202).

Assim, as contribuições de Foucault permanecem fundamentais para compreendermos as dinâmicas de poder que permeiam nossa sociedade, estimulando reflexões críticas e aprofundadas em nossas pesquisas.

Na próxima seção, abordaremos o conceito de biopolítica, explorando como o poder se manifesta na gestão da vida e dos corpos, ampliando ainda mais nossa compreensão sobre as formas de governanças contemporâneas.

1.3 Biopolítica

O conceito de biopolítica surge na obra de Michel Foucault como uma das contribuições mais significativas para a compreensão contemporânea das relações entre poder, vida e governamentalidade.

A compreensão das transformações no exercício do poder na sociedade moderna é fundamental para entender conceitos como biopolítica e sociedade de controle. Essas ideias, amplamente discutidas por Michel Foucault, destacam uma mudança significativa na forma como o poder atua, passando de uma ênfase na soberania e na morte para uma intervenção direta na vida das populações. Nesse contexto, a biopolítica surge como uma estratégia de governança que busca regular, otimizar e normalizar as condições de vida, refletindo uma nova lógica de administração social. Nesse contexto, a biopolítica representa uma transformação profunda no exercício do poder, que passa a deixar de incidir predominantemente sobre a morte como ocorria nas formas de soberania clássicas para atuar diretamente sobre a vida, com o objetivo de regulá-la, otimizá-la e normalizá-la.

O advento da sociedade de controle representa, de maneira fundamental, o início da biopolítica. Essa concepção só se torna plenamente compreensível quando os mecanismos de poder passam a direcionar suas ações para um conjunto de indivíduos, centrando-se na população com o objetivo de influenciar ou administrar os efeitos decorrentes da vida social.

Dessa forma, a biopolítica emerge como uma estratégia de governança que visa regular e otimizar as condições de vida das populações, refletindo uma mudança na forma de exercício do poder na sociedade moderna.

Essas mudanças nas técnicas de poder seriam, supostamente, necessárias em decorrência do crescimento demográfico e do avanço da industrialização. Segundo Foucault, “[...] à velha mecânica do poder de soberania escapavam muitas coisas, tanto por baixo quanto por cima, no nível do detalhe e no nível da massa” (Foucault, 2000, p. 298). Tal afirmação evidencia a insuficiência do modelo soberano para abarcar as complexidades e dinâmicas sociais emergentes nesse contexto de transformação, demandando, assim, a implementação de novas estratégias de governança que pudessem atender às demandas de uma sociedade em rápida expansão e transformação.

Foucault distingue dois principais modos de exercício do poder: o poder disciplinar e o poder biopolítico. O poder disciplinar atua sobre os corpos individuais, sendo exercido por meio de instituições como escolas, prisões e hospitais, com o objetivo de moldar, normalizar e controlar as condutas singulares. Por outro lado, o poder biopolítico dirige-se à população enquanto coletivo biológico, configurando-se como uma tecnologia de governo que emerge concomitantemente ao desenvolvimento de práticas como a estatística, a medicina social e as políticas de segurança pública.

Essa forma de poder orienta-se para a gestão de fenômenos como a natalidade, a mortalidade, a saúde, a higiene e a longevidade, articulando-se na tentativa de regular e otimizar a vida em escala populacional.

Ora, agora que o poder é cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, e na maneira de viver, e no “como” da vida, a partir do momento em que, portanto, o poder intervém sobretudo nesse nível para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências, daí por diante a morte, como termo da vida, é evidentemente o termo, o limite, a extremidade do poder. Ela está do lado de fora, em relação ao poder: é o que cai fora de seu domínio, e sobre o que o poder só terá domínio de modo geral, global, estatístico. (Foucault, 2000, p. 295-296)

A vida passa a integrar o campo das estratégias políticas, cabendo ao Estado a responsabilidade de administrar aspectos relacionados à saúde e à segurança da população, abrangendo, entre outros, processos como o nascimento, a morte, a produção e a doença (Foucault, 2000, p. 289).

No âmbito das políticas públicas, a biopolítica manifesta-se por meio de dispositivos que classificam, hierarquizam e controlam populações, frequentemente sob a aparência de racionalidade técnica e de uma suposta neutralidade científica. Políticas de saúde, segurança, urbanismo e educação “[...] mecanismos, como vocês vêem, como os mecanismos disciplinares, destinados em suma a maximizar forças e a extraí-las, mas que passam por caminhos inteiramente diferentes” (Foucault, 2000, p. 293-294).

Segundo Dreyfuss e Rabinow (1982, p. 135) a tecnologia disciplinar foi desenvolvida e aprimorada em ambientes como oficinas, quartéis, prisões e hospitais, tendo como objetivo central o crescimento simultâneo da utilidade e da docilidade dos indivíduos e da população como um todo. As técnicas destinadas à disciplina dos corpos foram predominantemente aplicadas às classes trabalhadoras e ao subproletariado, embora não de forma exclusiva, estendendo-se também às instituições de ensino superior e às escolas.

O conceito de dispositivo de biopolítica oferece uma lente teórica poderosa para análise das formas contemporâneas de poder, monitoramento e controle que operam sobre o sujeito e a população nos ambientes, particularmente, nesta pesquisa, na escola.

Assim, ao fechar esta subseção, reforçamos a necessidade de uma análise crítica e aprofundada das novas configurações de poder, que continuam a evoluir e a influenciar as dinâmicas sociais de maneira complexa e multifacetada.

1.4 Sujeito e Discurso

O conceito de Sujeito nas obras de Foucault é explorado como uma construção histórica e social. E como vai se constituindo através de múltiplos discursos e das relações de poder e saber produzidas ao longo do tempo. Também importante situar que o foco de seus escritos não era o poder, mas o sujeito, explorando os modos como nos tornamos sujeitos.

Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos. Meu trabalho lidou com três modos de objetivação que transformou os seres humanos em sujeitos. ...Finalmente, tentei estudar - meu trabalho atual - o modo pelo qual um ser humano torna-se um sujeito. Por exemplo, eu escolhi o domínio da sexualidade - como os homens aprenderam a se reconhecer como sujeitos de "sexualidade". Assim, não é o poder, mas o sujeito, que constitui o tema geral de minha pesquisa (Foucault, 1995, p. 231-232)

Foucault direciona seu foco para um aspecto fundamental de sua abordagem genealógica: a construção e formação dos sujeitos. Em suas próprias palavras:

Dever-se-ia tentar estudar o poder não a partir dos termos primitivos da relação, mas a partir da própria relação na medida em que ela é que determina os elementos sobre os quais incide: em vez de perguntar a sujeitos ideais o que puderam ceder de si mesmos ou de seus poderes para deixar-se sujeitar, deve-se investigar como as relações de sujeição podem fabricar sujeitos (Foucault, 2000, p.319).

O autor discute as formas de objetivação e de subjetivação que levam à constituição do sujeito, explorando as ferramentas que fazem do ser humano um objeto dócil e útil. E ao subjetivá-lo constrói-se uma identidade, produzida nas relações de poder-saber, tornando assim um produto das normas e valores presentes nos períodos políticos e econômicos historicamente vivenciados naquele período.

Para Veiga-Neto (2011, p. 111) "[...] Foucault tomou a palavra "sujeito" pelos seus dois significados mais importantes "sujeito [assujeitado] a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento."

Michel Foucault apresenta questionamentos às concepções tradicionais de sujeito e discurso, propondo outra forma de pensar o sujeito e o discurso. Ele questiona a visão de sujeito como um ser estável e autônomo, revelando como o sujeito é constituído e moldado historicamente por meio dos discursos e das práticas discursivas, numa constante inter-relação entre sujeito e discurso "[...] Trata-se, portanto, de pensar o sujeito como um objeto historicamente constituído sobre a base de determinações que lhe são exteriores" (Revel, 2005, p.84).

Desta forma, não temos um sujeito autônomo, mas um sujeito influenciável, segundo Veiga-Neto (2011, p. 110)

[...] presume-se que o *sujeito desde sempre aí* não seja, automaticamente, um *sujeito desde sempre soberano*, ao contrário, o *sujeito desde sempre aí* é visto como objeto das influências do cenário externo - sociais, culturais, políticas, econômicas, educacionais - e, bem por isso, facilmente manipulável.

Pensando no momento que vivenciamos nas escolas públicas paulistas podemos traçar um paralelo com o “homem virtual” e com as plataformas educacionais que estão ligadas, conectadas aos computadores e à internet, que estão atuando como máquinas de controle, que, supostamente, produzem subjetividades virtuais nessas novas dinâmicas de poder. Veiga-Neto (2011) nos afirma,

[...] aliás são tais influências e manipulações que em geral são consideradas a fonte dos maiores problemas sociais, na medida em que elas trabalhariam encobrindo e naturalizando o seu próprio caráter manipulador, arbitrário e quase sempre opressor. Veiga-Neto (2011, p. 110)

Foucault traz à baila a subjetivação do sujeito como uma construção discursiva, social e histórica, repensando a concepção tradicional de sujeito como um ser independente e racional, capaz de produzir, reproduzir e contestar discursos, conhecimentos e exercer controle sobre si mesmo e sobre o mundo.

Foucault reflete que o sujeito é moldado por influências exteriores, como os discursos e as práticas sociais de acordo com os interesses políticos, das instituições e do Estado “[...] se o sujeito se constitui, não é sobre o fundo de uma identidade psicológica, mas por meio de práticas que podem ser de poder ou de conhecimento, ou ainda por técnicas de si” (Revel, 2005, p.85).

Em relação à ferramenta conceitual de discurso, na obra *A ordem do discurso*, aula inaugural ministrada no *Collège de France* em dezembro de 1970, Michel Foucault, propõe uma reflexão sobre as condições de possibilidade da fala e da produção de sentidos em uma sociedade. Para ele, o discurso não é apenas uma expressão de ideias ou pensamentos individuais, mas um fenômeno social que está inserido em dispositivos de poder e saber. Foucault destaca que o discurso é regulado por regras e mecanismos que determinam quem pode falar, sobre o quê e em que condições, configurando uma espécie de campo de forças onde o poder se manifesta e se reproduz.

Nesse sentido, o discurso é visto como uma prática social que constrói realidades, molda subjetividades e sustenta estruturas de dominação. Sua abordagem enfatiza a relação

entre discurso, poder e verdade, revelando como certos enunciados são considerados legítimos enquanto outros são silenciados ou marginalizados.

Esses sistemas referem-se às estruturas de poder e dominação que influenciam tanto a produção quanto o funcionamento dos discursos, constituindo um elemento central na elaboração do método genealógico e na compreensão das práticas discursivas.

Ao adotar uma perspectiva que enfatiza o conflito contínuo e a luta constante, Foucault analisa as produções discursivas, interpretando os discursos como elementos inseridos em um dispositivo de poder. Esses discursos se organizam em blocos táticos que se posicionam em um campo de batalha simbólico, onde as relações de poder se manifestam por meio da produção e circulação das palavras.

Foucault nos faz refletir sobre as tramas não visíveis e não enunciáveis que os discursos nos apresentam, responsáveis pela produção de subjetividades. As formações discursivas são resultado de entrelaçamentos de saberes e poderes, dentro de um jogo de possibilidades epistemológicas, onde o sujeito é submetido a processos de assujeitamento pelos discursos. Nesse contexto, o sujeito é constituído pelas relações sociais e discursivas consigo mesmo e com os outros.

Para analisar o discurso e suas relações com o sujeito, é necessário estudar as condições de produção e as regras que o governam para entender como o discurso constrói e constitui os sujeitos no decorrer da história.

O discurso, como dispositivo, está ligado às técnicas, às estratégias, às práticas sociais, culturais e institucionais que regulam e controlam significados, pensamentos, conhecimentos e comportamentos, formando as identidades e os modos de ser, assujeitando e subjetivando os sujeitos. Foucault (1994, p.244), define dispositivo como: “[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas)”.

Na esteira do pensamento foucaultiano, Rosa Maria Bueno Fischer (2001, p.206), ao desenvolver uma análise do discurso, busca compreender as formas de produção, circulação e recepção dos textos discursivos, considerando suas dimensões sociais, culturais e ideológicas “[...] Diria, num esforço de síntese, que o discurso, para o analista, é o lugar da multiplicação dos discursos, bem como o lugar da multiplicação dos sujeitos” Fischer (2001, p.206). Sua abordagem enfatiza a importância de analisar os textos em seus contextos de enunciação, levando em conta as condições de produção, os interlocutores envolvidos e as estratégias discursivas adotadas.

Assim, a análise do discurso, fundamentada nessas perspectivas, revela-se uma ferramenta fundamental para investigar as formas de constituição do conhecimento, as relações de dominação e as construções de subjetividades em diferentes contextos sociais.

1.5 Neoliberalismo à luz das perspectivas de Dardot e Laval

O neoliberalismo como um modelo econômico, racional e político surgiu a partir das décadas de 1970 e 1980, ganhando visibilidade nas décadas seguintes, em particular nas gestões de líderes como Ronald Reagan nos Estados Unidos e Margaret Thatcher no Reino Unido que implementaram reformas neoliberais para enfrentar as crises econômicas e para promover o crescimento capitalista, priorizando a privatização e a limitação das intervenções do Estado.

O programa político de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, imitado por um grande número de governos e continuado pelas grandes organizações internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, apresenta-se primeiro como um conjunto de respostas a uma situação que se considera “ingerível” (Dardot; Laval, 2016, p.191).

Essa concepção neoliberal foi lançada para todos os países por meio do Consenso de Washington¹. Esse modelo trazia princípios do liberalismo econômico, mas com adaptações para o mercado global e a economia contemporânea

[...] o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma *racionalidade* e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados (Dardot; Laval, 2016, p.15).

O neoliberalismo dissemina a ideia de que o crescimento econômico, a eficiência e o desenvolvimento social são alcançados mais rapidamente quando o Estado interveém o mínimo na economia, permitindo assim que as ofertas e as demandas regulem o mercado de forma livre. Mas também suscita outros desafios, como aumento das desigualdades, precarização do trabalho, enfraquecimento dos serviços públicos, ameaças às justiças sociais e ao bem-estar coletivo.

Nesse sentido, o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida. O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos (Dardot; Laval, 2016, p. 14).

² O Consenso de Washington foi um conjunto de medidas econômicas concebidas no final da década de 1980 e destinadas aos países emergentes da América Latina. Essas medidas tinham como objetivo conter a crise do endividamento externo e da hiperinflação em curso nesses países por meio da disciplina fiscal, do reordenamento dos gastos públicos e da maior abertura econômica." Veja mais sobre "Consenso de Washington" em: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/consenso-washington.htm>

O neoliberalismo é muito debatido e crescem cada vez mais os questionamentos acerca dos impactos econômicos, sociais e ambientais, pois apresenta vantagens e desvantagens que cogitam tensões entre desenvolvimento econômico, justiça social e políticas públicas.

Uma das críticas mais recorrentes ao neoliberalismo é o aumento da desigualdade. A retirada de programas sociais e a redução dos direitos trabalhistas podem prejudicar os setores mais vulneráveis da população, criando uma divisão maior entre ricos e pobres.

A flexibilização das leis trabalhistas, defendida pelo neoliberalismo, muitas vezes resulta em empregos com baixos salários, menos direitos e segurança limitada para os trabalhadores, gerando instabilidade e insegurança econômica. Com o corte de gastos públicos e a privatização de serviços essenciais, como saúde e educação, o acesso da população mais pobre a esses serviços pode ser comprometido, tornando-os inacessíveis para muitas pessoas

A liberalização excessiva do mercado financeiro, defendida pelo neoliberalismo, pode levar a ciclos de especulação e crise, como a crise financeira de 2008, que foi em parte atribuída ao excesso de liberdade nos mercados financeiros. O incentivo ao crescimento e ao consumo, associado ao neoliberalismo, muitas vezes coloca o lucro acima da preservação ambiental. A falta de regulamentações ambientais pode resultar em práticas empresariais prejudiciais ao meio ambiente, contribuindo para problemas como a poluição e a mudança climática.

Os indivíduos são vistos como empreendedores e consumidores, responsabilizados pelo seu próprio bem-estar.

Cada sujeito foi levado a conceber-se e comportar-se, em todas as dimensões de sua vida, como um capital que devia valorizar-se: estudos universitários pagos, constituição de uma poupança individual para a aposentadoria, compra da casa própria e investimentos de longo prazo em títulos da bolsa são aspectos dessa “capitalização da vida individual” que, à medida que ganhava terreno na classe assalariada, erodia um pouco mais as lógicas de solidariedade (Dardot; Laval, 2016, p. 198).

E com isso a intensificação das desigualdades econômicas e sociais, especialmente nos países em desenvolvimento onde as políticas neoliberais foram impostas por instituições financeiras internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, com trocas de ajudas financeiras. Como resultado, tem-se transferências de recursos para as elites locais e para grandes corporações multinacionais, ao mesmo tempo que as populações vulneráveis sofrem com o desmonte das redes de proteção sociais.

As organizações internacionais tiveram um papel bastante ativo na difusão dessa norma. O FMI e o Banco Mundial viram o sentido de sua missão mudar

radicalmente nos anos 1980, em consequência da adesão dos governos dos países mais poderosos à nova racionalidade governamental. As economias mais frágeis tiveram, em sua maioria, de obedecer às recomendações desses organismos para conseguir ajuda ou, ao menos, “aprovação”, a fim de melhorar sua imagem diante dos credores e dos investidores internacionais (Dardot; Laval, 2016, p.194).

O neoliberalismo é mais uma estratégia de restauração de poder das elites do que uma doutrina de eficiência econômica. Nesse contexto, o discurso do neoliberalismo defende a liberdade econômica com oportunidades iguais a todos, mas sua prática gerou concentração de renda sem precedentes, aumentou a precarização do trabalho e crises financeiras. Essas contribuições para o aumento da pobreza, da instabilidade social, da destruição ambiental demonstram a não sustentação das promessas iniciais do neoliberalismo de crescimento sustentável “[...] O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (Dardot;Laval, 2016).

Segundo os autores, esse modelo gera um sistema de concorrência exacerbada que incentiva a autossuficiência e individualismo, promovendo uma sociedade onde a cooperação e a solidariedade se enfraquecem em favor da competição, muitas vezes sacrificando os relações sociais e a empatia.

O que pressupõe que ele penetre no cálculo individual – e até participe dele – para agir sobre as antecipações imaginárias dos indivíduos: para reforçar o desejo (pela recompensa), para enfraquecê-lo (pela punição), para desviá-lo (pela substituição de objeto). Essa lógica que consiste em dirigir indiretamente a conduta é o horizonte das estratégias neoliberais de promoção da “liberdade de escolher”. Nem sempre distinguimos a dimensão normativa que necessariamente lhes pertence: a “liberdade de escolher” identifica-se com a obrigação de obedecer a uma conduta maximizadora dentro de um quadro legal, institucional, regulamentar, arquitetural, relacional, que deve ser construído para que o indivíduo escolha “com toda a liberdade” o que deve obrigatoriamente escolher para seu próprio interesse (Dardot; Laval, 2016, p. 211).

Novas formas de controle vão ganhando forças, e as novas formas de trabalho com baixos salários e cargas horárias elevadas.

A vida é uma perpétua gestão de riscos que exige rigorosa abstenção de práticas perigosas, autocontrole permanente e regulação dos próprios comportamentos, misturando ascetismo e flexibilidade. A palavra chave da sociedade de risco é “autorregulação” (Dardot; Laval, 2016, p. 208).

O sistema capitalista controla nossa existência, com um conjunto de técnicas políticas e de poder pelo qual o homem encontra-se interligado, visando sempre o lucro “[...] Fazer com que os indivíduos ajam no sentido desejado supõe que se criem as condições particulares que os obrigam a trabalhar e se comportar como agentes racionais” (Dardot; Laval, 2016,

p.220). Entre discussões, de um lado uns argumentam que as políticas neoliberais são necessárias para o crescimento do país, outros criticam que essas medidas exacerbam ainda mais as desigualdades e afetam as populações mais vulneráveis, controlam o tempo, as economias e a vida dos indivíduos. Os autores estabelecem relação entre o neoliberalismo e o dispositivo da biopolítica:

Interessando-se de perto pela história do governo liberal, ele mostra que aquilo que chamamos desde o século XVIII de “economia” está no fundamento de um conjunto de dispositivos de controle da população e de orientação das condutas (a “biopolítica”) que vão encontrar no neoliberalismo uma sistematização inédita (Dardot; Laval, 2016, p. 24)

O lucro é a razão de ser das empresas, essa visão de mundo onde o lucro se tornou o absoluto para todas as decisões moldando essa visão de mundo e de indivíduos. Nesse contexto vemos as empresas explorarem seus trabalhadores ao máximo sem condições de trabalho, o meio ambiente sendo devastado, porque proteger a natureza é lucrativo.

Vemos comunidades inteiras sendo deixadas para trás, porque investir em infraestrutura pública não traz retornos imediatos.

Em outras palavras, a racionalidade neoliberal produz o sujeito de que necessita ordenando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos (Dardot; Laval, 2016, p. 323).

O neoliberalismo trata o crescimento como um fim em si mesmo, sendo o indicador do sucesso econômico o progresso.

Trazendo vestígios de uma nova forma de gerenciamento, novas regulações para o trabalho, nos moldes neoliberais que fabrica um outro sujeito através de difusão de ideias, de relações sociais e indivíduos mais autônomos, construindo novos padrões de trabalho competitivo e resiliente, e de racionalização.

Postular a liberdade de escolha, suscitar e constituir na prática essa liberdade, pressupõe que os sujeitos sejam conduzidos por uma “mão invisível” a fazer as escolhas que serão proveitosas a todos e cada um. Por trás dessa representação encontra-se não tanto um grande engenheiro, como no modelo do grande Relojoeiro, mas uma máquina que funciona idealmente por si só e encontra em cada sujeito uma engrenagem pronta a responder às necessidades de arranjo do conjunto. Contudo, é preciso fabricar e manter essa engrenagem (Dardot; Laval, 2016, p. 320).

O neoliberalismo continua em movimento, tornando impossível delimitar todos os seus impactos. No entanto, é evidente que alcançou seus objetivos de adaptações às suas normatizações por parte de todos. “[...] A sociedade neoliberal em que vivemos é fruto de um

processo histórico que não foi integralmente programado por seus pioneiros; os elementos que a compõem reuniram-se pouco a pouco, interagindo uns com os outros, fortalecendo uns aos outros” (Dardot; Laval, 2016, p.22). Assim, postulamos, neste trabalho, que a plataformização da educação faz parte desse mecanismo de produção de subjetividades.

A seguir, passaremos a descrever os procedimentos metodológicos e o *corpus* desta pesquisa.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada é a qualitativa e interpretativista, com análises documentais de Manuais das Plataformas digitais e de Formação das plataformas direcionados aos gestores e professores, Diário Oficial de Estado de São Paulo e Legislações.

Segundo Minayo (2012), a pesquisa qualitativa é uma abordagem metodológica que busca a compreensão dos fenômenos sociais explorando significados, experiências e interpretações, em aspectos da realidade social, interpretados em sua realidade específica. Envolve a coleta de dados descritivos, utilizando métodos como a análise documental para refletir indícios de percepções e atitudes. No caso das plataformas digitais, a pesquisa qualitativa pode proporcionar uma visão holística, considerando as múltiplas dimensões que influenciam sua implantação nas escolas públicas estaduais paulistas.

[...] Desta forma, a análise qualitativa de um objeto de investigação concretiza a possibilidade de construção de conhecimento e possui todos os requisitos e instrumentos para ser considerada e valorizada como um construto científico (Minayo, 2012, p. 626).

Por sua vez, para Sá Silva, Almeida e Guindani (2009), a pesquisa documental é um método que utiliza fontes previamente registradas, como livros, artigos, relatórios, diários, fotografias, filmes, gravações, que sustentam a análise científica. Esta abordagem caracteriza-se pela utilização de documentos já existentes como um meio de acesso e obtenção de informações relevantes para reflexão e compreensão de contextos históricos, sociais e culturais de fenômenos específicos. A pesquisa documental é valorizada pela capacidade de oferecer evidências importantes, permitindo ao pesquisador explorar diversos aspectos do estudo em questão. Também, os autores mencionam que trabalhar com documentos traz credibilidade à pesquisa. “[...] Portanto, a pesquisa documental, bem como outros tipos de pesquisa, propõe-se a produzir novos conhecimentos, criar novas formas de compreender os fenômenos e dar a conhecer a forma como estes têm sido desenvolvidos” (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009, p. 14).

A pesquisa documental precisa de planejamento, definição dos objetivos da pesquisa, seleção criteriosa dos documentos que serão analisados, critérios rigorosos para a análise dos dados e o processo de análise documental deve ser sistemático, buscando identificar padrões, categorias e relações que possam emergir dos dados (Cechinel *et al.*(2009). A pesquisa qualitativa e documental, conforme descrita pelos autores, é uma abordagem metodológica valiosa para a construção do conhecimento científico, possibilitando uma perspectiva aprofundada e contextualizada dos fenômenos estudados a partir de fontes documentais existentes.

2.1 Critérios para seleção do corpus documental

O contexto investigado possui, até o momento (2025), 37 plataformas em operação, conforme quadro abaixo que apresenta os logos das referidas plataformas do Painel Escola Total.

Figura 1 - Painel Escola Total



Fonte: <https://escolatotal.educacao.sp.gov.br/>

A seguir, um breve resumo de cada plataforma:

Super BI: resumo de todas as plataformas para acompanhamento.

Saresp 2024: apresenta os níveis de desempenho por Diretoria de Ensino e por escola, considerando o número de alunos avaliados, a taxa de participação e os resultados por

disciplina. Os dados indicam a distribuição dos estudantes entre os níveis Abaixo do Básico, Básico, Adequado e Avançado.

Plataformas 2025: apresenta os índices de desempenho e engajamento referentes às atividades desenvolvidas nas plataformas Tarefa SP, Elefante Letrado, Redação, Leia, *Speak*, Alura, *Matific* e *Khan Academy*, além da Nota Final atribuída à Unidade Escolar.

Matrículas: apresenta o percentual de matrículas correspondente a cada unidade escolar da rede estadual de ensino.

Aluno Presente: apresenta o percentual de frequência dos estudantes e o percentual de aulas devidamente registradas no sistema.

WiFi disponibilidade: indica a quantidade de pontos de acesso à rede sem fio e realiza o monitoramento do tempo de utilização.

Mega Escola: apresenta a média de banda contratada, em *megabits* por segundo, e o monitoramento do tempo de acesso à rede.

Khan Academy: plataforma educacional voltada ao ensino de Matemática, oferece atividades e exercícios interativos.

Redação Paulista: plataforma direcionada à produção textual dos estudantes.

Tarefas SP: conjunto de atividades pedagógicas disponibilizadas pelos professores por meio do Centro de Mídias da Educação de São Paulo.

Alura: plataforma educacional voltada ao ensino de programação.

Matific: plataforma que disponibiliza recursos pedagógicos lúdicos e diversificados.

Speak Inglês para todos: voltada ao ensino de língua inglesa e os estudantes recebem certificados de níveis concluídos.

Robótica: apresenta, por unidade escolar, as Matrículas Ativas, Atividades Propostas, Atividades em Rascunho, Atividades em Correção, Atividades Desenvolvidas, Atividades Concluídas, Taxa de Acertos das Questões, Índice de Tarefas Realizadas por Aluno, Nota Média. Auxilia o aprendizado e a desenvolver habilidades como a criatividade e o raciocínio lógico. Essa plataforma é direcionada aos estudantes das escolas integrantes do Programa de Ensino Integral.

Elefante Letrado: plataforma de leitura voltada aos anos iniciais do ensino fundamental, acompanha o desempenho dos estudantes na leitura e na realização de *quizzes*.

EquipamentoSP: apresenta o total de equipamentos digitais e tecnológicos disponíveis nas unidades escolares e o monitoramento do tempo de utilização desses recursos.

Conviva SP: sistema que registra o total de ocorrências e encaminhamentos realizados.

Apoio Presencial: registra a quantidade de atendimentos e acompanhamentos presenciais realizados pela equipe gestora aos professores.

Planejamento de aula: monitora das Atividades de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPCs) desenvolvidas pelos docentes na plataforma AVA-EFAPE. O sistema apresenta indicadores

como: Total de Docentes Previstos, Total de Docentes Ativos, Percentual de Docentes Ativos no Período, Data de Início de Exercício, CPF, Nome do Docente, Inscrição no Programa Multiplica, Aulas Atribuídas, ATPLs Previstos, ATPLs Concluídos e Percentual de ATPLs Concluídos.

Leia SP: reúne dados e indicadores destinados a subsidiar o desenvolvimento das competências leitoras dos estudantes.

Multiplica SP 1ª Edição: realiza o monitoramento das presenças e das aulas assistidas pelos participantes do curso.

Programa de Ensino Integral (PEI): realiza o acompanhamento das aulas de Orientação de Estudos, voltadas ao desenvolvimento de técnicas e estratégias de aprendizagem.

Edu.profissional: monitora os estudantes matriculados nos cursos profissionalizantes da rede regular, os índices de atividades realizadas.

Prova Paulista-1º, 2º, 3º bimestres: realiza o acompanhamento das avaliações bimestrais aplicadas aos estudantes da rede estadual, apresentando indicadores como percentual de participação, percentual de acertos e índice de evolução.

Aulas Olímpicas: trata-se do monitoramento da frequência e das tarefas realizadas por aluno do Projeto Escolas Olímpicas, voltada ao aprofundamento dos estudos em Matemática e suas Tecnologias para estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio. As unidades escolares participantes permanecem abertas aos sábados, oferecendo atividades de preparação para as competições científicas e olímpicas do conhecimento. Na região, até a presente data (2025), há uma escola integrante desse projeto.

PEC Qualidade de Aula: monitora o acompanhamento das visitas pedagógicas efetuadas pelos professores especialistas em currículo às unidades escolares, com o objetivo de orientar e apoiar as equipes docentes no aprimoramento das práticas de ensino e aprendizagem. O sistema contempla os indicadores: Escola, PEC Qualidade de Aula, Quantidade de Visitas Realizadas, Índice Quinzenal de Visitas por Escola, Quantidade de Apoios Realizados aos Docentes, Índice Quinzenal de Apoios aos Docentes, Percentual de Presença, Nota Média do SARESP e Porcentagem de Acertos na Prova Paulista.

Professor Tutor Anos Finais: monitora a recomposição dos os níveis de alfabetização em leitura e matemática dos estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, com foco principal nos 6º e 7º anos: Escola, Supervisora, Quantidade de Alunos Enturmados, Quantidade de Alunos Ativos, Porcentagem de Alunos Ativos, Material (CORUJA), Material (HORIZONTE), Material (CORUJA & HORIZONTE), Quantidade Tarefas Finalizadas, Índice Tarefas Finalizadas por Aluno, Porcentagem de Acertos.

Professor Tutor Anos Iniciais: monitora a recomposição das lacunas de aprendizagens do 1º ao 3º Ano do Ensino Fundamental.

Simulado SAEB: realiza o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos estudantes

dos Nonos Anos do Ensino Fundamental e Terceiros Anos do Ensino Médio, apresentando os indicadores Porcentagem de Participação, Porcentagem de Acertos, Porcentagem de Acertos de Português, Porcentagem de Acertos de Matemática e Resultado por Questão e Conteúdo.

Expansão Aula: realiza o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos estudantes das 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio, com o propósito de ampliar o tempo de aprendizagem, por meio da oferta de uma aula adicional diária a todos os alunos do período diurno. O sistema contempla indicadores como Escolas, Matrículas Ativas, Alunos com Acessos, Quantidade de Quizzes Disponíveis, Quantidade de Quizzes Realizados, Percentual de Quizzes Concluídos e Índice de Quizzes Realizados por Aluno.

90 Dias SAEB+SARESP: realiza o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos estudantes, contemplando indicadores como escolas participantes, total de matriculados, percentual de engajamento nas tarefas de Língua Portuguesa, percentual de acertos em Língua Portuguesa, percentual de engajamento nas tarefas de Matemática e percentual de acertos em Matemática.

Prepara SP: monitora as atividades de preparação dos estudantes paulistas do Ensino Médio para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Provão Paulista e vestibulares regionais.

Recuperação: monitora os estudantes que apresentam necessidade de recuperação de aprendizagem. A análise contempla informações referentes à unidade escolar, ao total de estudantes matriculados, ao número de discentes previstos para participar da recuperação, ao percentual correspondente a essa previsão, ao total de alunos efetivamente avaliados, à proporção dos previstos que foram avaliados, ao número de componentes curriculares recuperados e ao índice geral de recuperação alcançado.

Manutenção do Diretor: avalia a qualidade da manutenção e conservação da Qualidade dos Ambientes Escolares e a Qualidade dos Serviços de Operações sob a gestão do Diretor, através de visitas realizadas periodicamente pelo Serviço de Obras e Manutenção Escolar-SEOM, gerando uma nota final.

Projeto de Empreendedorismo: monitora os projetos de caráter empreendedor e inovador, desenvolvidos pelos estudantes da 3ª Série do Ensino Médio vinculados ao Programa de Ensino em Período Integral. O monitoramento abrange indicadores como o total de matrículas, o número de alunos ativos, o percentual de acessos registrados, a quantidade de projetos criados, pendentes, ativos e concluídos, bem como o índice geral de conclusão dos projetos.

Ao proceder à atualização do Painel **Escola Total**, observamos que uma plataforma anteriormente disponível deixou de constar do sistema. No entanto, salientamos que essa ferramenta permanece ativa e em funcionamento no âmbito da rede estadual de ensino paulista.

Prontos pro Mundo: Programa público de intercâmbio, com a oferta de aulas intensivas de

inglês para estudantes da rede estadual de São Paulo. Para ser classificado para o Prontos pro Mundo, o aluno precisa ter uma pontuação final, ou seja, uma nota. Essa pontuação é adquirida a partir da soma da nota do SARESP com a nota da prova de inglês aplicada.

Considerando a amplitude de plataformas no contexto investigado, esta pesquisa analisou só a plataforma **Apoio Presencial**, por se tratar de um registro da quantidade de “vigilância” realizada pela equipe gestora aos professores, no entanto, os gestores são também “vigiados”. Trata-se de uma plataforma exemplar para a discussão que se pretende, de modo a demonstrar os efeitos dela na educação e como se configura como formas de biopolítica.

Além da plataforma, a análise incide sobre os seguintes documentos: *Portaria do Coordenador*, datada de 17 de julho de 2023 e a *Resolução da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo de 30 de agosto de 2023*, que dispõe sobre o *Mapa Estratégico* para o período de 2023 até 2026.

3 ANÁLISE

Esta seção tratará da análise discursiva da plataforma digital. Iniciamos com a descrição do macrodiscurso (3.1), qual seja, das condições de emergência do aparecimento das plataformas digitais como material didático na educação básica do estado de São Paulo.

Na sequência será apresentada a análise do microdiscurso (seção 3.2), compreendida como o exame específico dos índices discursivos presentes em uma plataforma digital, *Apoio Pesencial*.

3.1 Macrodiscurso

O macrodiscurso trata das políticas educacionais, instituídas pelas legislações, que estabelecem uma nova ordem do discurso, nesse caso, de introdução das tecnologias digitais na educação. Primeiramente, apresentaremos um quadro (Quadro 3) com os Programas e Projetos implantados no Estado de São Paulo e as principais medidas educacionais em direção do processo de normatização da relação público-privado. Na sequência, apresentaremos outro quadro (Quadro 4) com as principais legislações que instituíram as tecnologias digitais, seguido das discussões dos dois principais marcos legislativos responsáveis pelo atual cenário das plataformas digitais: a *Portaria do Coordenador*, datada de 17 de julho de 2023 e a *Resolução da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo de 30 de agosto de 2023*, que dispõe sobre o *Mapa Estratégico* para o período de 2023 até 2026.

3.1.1 As Relações entre os Setores Público e Privado na Educação do Estado de São Paulo

Esta seção foi elaborada baseada no texto intitulado *Política Educacional na Rede Estadual Paulista sob a Nova Gestão Pública (1995–2018)*, escrito pelos autores Márcia Aparecida Jacomini, Iracema Santos do Nascimento e Sérgio Stoco (2023).

A obra de Jacomini, Nascimento e Stoco (2023) fornece uma análise aprofundada das estratégias adotadas, das diretrizes governamentais e das repercussões dessas ações no contexto educacional paulista, contribuindo de maneira relevante para o entendimento do desenvolvimento e dos desafios enfrentados pelo sistema de ensino estadual durante esse período de reformas e ajustes administrativos.

Um dos aspectos relevantes a serem discutidos em nossa análise incide sobre o processo de privatização da educação no Estado de São Paulo. Contudo, é importante

observar que a privatização é um movimento que possui raízes históricas e remonta há várias décadas, iniciada na gestão de 1987-1990 como uma das iniciativas relacionada à operacionalização política da privatização nesse setor. A seguir, apresentamos um quadro (Quadro 3), com os respectivos Programas e Projetos Educacionais do Estado de São Paulo:

Quadro 3 - Gestão e Programas/Projetos

Gestão	Programa/Projeto
1987-1990	Adote uma Escola
1991-1994	Programa de Parceria Empresa-Escola
1995-2001	Escola em Parceria
2001-2006	Escola da Família e Comunidade Presente; Programa Empresa Educadora
2007-2010	Parcerias para melhorias nas infraestruturas
2011-2018	Programa “Rede Ensino Médio Técnico”; Programa de Ensino Integral; Programa “Adoção Afetiva”; Programa Gestão em Foco-Método de Melhoria de Resultados (MMR)
2019-2022	Programa “Inova Educação”
2023-2026	Programa “Sala do Futuro”

Fonte: Jacomini, Nascimento e Stoco (2023, p. 7)

A parceria entre o setor privado e a educação pública no Estado de São Paulo possui raízes históricas que remontam ao final da década de 1980. Apesar de o fortalecimento dessas parcerias ter ocorrido de forma mais expressiva em anos recentes, sua origem está relacionada a um processo de estímulo e incentivo iniciado naquele período, coincidentemente com a ascensão do neoliberalismo enquanto paradigma econômico predominante. A Educação brasileira influenciada por fatores de ordem socioeconômicos, políticos e culturais, caracteriza-se por um processo contínuo de mudanças pedagógicas, metodológicas e estratégicas. Essas mudanças frequentemente resultam na fragmentação, desconexão de saberes, seguidas por tentativas de reconexão por meio de novas abordagens das formas de ensinar e aprender.

É das práticas predatórias de mercado e *lobbying* que o mundo corporativo aumenta seus lucros sem gerar mais riqueza para a sociedade, isso ocorre com a ajuda de muitos atores políticos. Ao longo do tempo, diversas políticas públicas e programas governamentais têm promovido e consolidado essa interação, refletindo uma trajetória de incentivo à participação do setor privado na gestão, no financiamento e no aprimoramento das instituições de ensino públicas estaduais. Essas parcerias envolviam aspectos administrativos, de infraestrutura e pedagógicos.

Durante a gestão (1987-1990), foi lançado o Programa denominado *Adote uma Escola*. Este programa tinha como objetivo promover o apoio financeiro ou material às escolas públicas estaduais, permitindo que pessoas físicas ou jurídicas ou organizações contribuíssem com recursos destinados à melhoria da infraestrutura, aquisição de materiais

pedagógicos, complementação do quadro de funcionários, complementação salarial de professores e até mesmo ao desenvolvimento de projetos educativos específicos. Além disso, o *Adote uma Escola*, supostamente fortalecia a relação entre a comunidade e as instituições de ensino, criando um ambiente mais acolhedor e participativo para os estudantes.

Durante o período de 1991 a 1994, um documento divulgado em 1994, intitulado *Programa de Parceria Empresa-Escola Pública*, foram estabelecidos como objetivos principais do programa a promoção de uma maior participação de empresários e agentes comunitários na administração do ensino público, bem como a captação de recursos financeiros e o aprimoramento de sua gestão em benefício das escolas públicas.

No período (1995-2001), a Secretaria de Educação de São Paulo implementou através da resolução SE-234/95, parcerias entre escolas públicas e o setor privado, sob a iniciativa denominada *Escola em Parceria*. Dentre as áreas de atuação previstas na normativa, destacam-se os recursos financeiros, infraestrutura, conhecimento técnico e programas educacionais. As parcerias também viam a possibilidade de viabilizar programas de desenvolvimento profissional para docentes, atividades extracurriculares e projetos voltados à comunidade escolar.

Durante o período de 2001 a 2006, foi criado o Programa *Escola da Família e Comunidade Presente*, que promoveu uma reformulação do *Programa Escola em Parceria*, dando origem ao que atualmente é conhecido como *Programa Empresa Educadora*.

Durante o período de 2007 a 2010, houve uma intensificação das parcerias entre instituições de ensino públicas e o setor privado. Essas colaborações tiveram como objetivo principal promover melhorias nas infraestruturas físicas das escolas públicas, contribuindo para o aprimoramento das condições de ensino e aprendizagem.

Entre os anos de 2011 e 2018, foi instituído o *Programa Educação – Compromisso de São Paulo* e foi implementado o *Programa Adoção Afetiva* em 2017, com o objetivo de estabelecer parcerias de apadrinhamento entre a sociedade e as escolas estaduais, buscando promover melhorias no ambiente escolar por meio de ações de apoio pedagógico. Substituindo assim o *Programa Adote uma Escola*. O Programa *Adoção Afetiva* firmou 212 parcerias beneficiando 1.230 escolas da rede estadual de ensino.

De acordo com Sanches (2018):

Entre 1995 e 2017, o Governo do Estado de São Paulo foi marcado por gestões do Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB), nas quais diferentes governadores, embora com projetos e programas variados, estiveram subordinados à lógica da racionalidade econômica e burocrática considerada, por eles, elemento necessário para conter a crise de eficiência, de eficácia e de produtividade do Estado em nível federal e estadual. (Sanchez, 218, p.87)

Em 2019, foi lançado o programa denominado *Inova Educação*, cuja proposta central consistia em estabelecer uma conexão mais efetiva entre as escolas e os jovens do século XXI. A implementação do programa teve início em 2020, abrangendo todos os dois milhões de estudantes matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio na rede estadual paulista. De acordo com as diretrizes do governo, o *Instituto Ayrton Senna* desempenharia um papel fundamental ao contribuir com sua expertise no desenvolvimento de competências socioemocionais, tais como perseverança, responsabilidade e colaboração em equipe, fundamentando suas ações em evidências científicas tanto nacionais quanto internacionais. A iniciativa previa que as escolas documentassem suas práticas pedagógicas e os resultados obtidos, os quais deveriam ser monitorados pela equipe técnica do *Instituto Ayrton Senna*. Com base nesse acompanhamento, esperava-se que, no ano subsequente, a proposta fosse ampliada para toda a rede estadual de ensino, promovendo uma expansão gradual e fundamentada das ações.

Em 15 de maio de 2020, foi instituído o *Programa Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP)*, estabelecendo diretrizes e providências relacionadas à sua implementação. O objetivo principal do programa foi promover a educação mediada por tecnologias, visando ampliar conhecimentos pedagógicos e criar oportunidades de aprendizagem. A Secretaria da Educação ficaria autorizada a celebrar contratos, convênios e parcerias com órgãos e entidades da administração pública, bem como com pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Em 16 de março de 2023, no Palácio dos Bandeirantes foi anunciado o lançamento do programa denominado *Sala do Futuro*. Este projeto consiste na implementação de recursos digitais destinados à modernização do ambiente educacional, com o propósito de melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes e diminuir os índices de evasão escolar. A iniciativa prevê a adoção de mecanismos de monitoramento da frequência e do rendimento dos alunos, permitindo uma identificação mais ágil das dificuldades enfrentadas por eles.

O debate sobre o neoliberalismo está mais presente do que nunca, especialmente em um contexto de contratações de empresas particulares para fornecer plataformas educacionais ao sistema público. E como enfrentar esse novo desafio contemporâneo, encontrando um equilíbrio que combine educação, justiça social e verdades? Segundo Dardot e Laval (2016):

A nova gestão pública possui duas dimensões: ela introduz modos de controle mais refinados, que fazem parte de uma racionalização burocrática mais sofisticada, e embaralha as missões do serviço público, alinhando-as formalmente a uma produção do setor privado (Dardot; Laval, 2016, p. 306).

O governo do Estado de São Paulo nomeou um empresário para assumir o cargo de Secretário de Educação, cuja proposta de gestão apresenta forte influência de princípios de

uma concepção administrativa oriunda das práticas dos setores empresariais e a promoção de processos de privatização na oferta de ensino e nos serviços educacionais público, assim alinhado à reprodução do capital. Essa orientação possui uma intensa aproximação à articulação de interesses do setor privado, através de parcerias, particularmente no âmbito das tecnologias, com ênfase no empreendedorismo e associados aos discursos de inovação e de modernização, elementos que se alinham às propostas do paradigma educacional neoliberal. Nesse contexto, observa-se que o objetivo final é alcançar resultados no desenvolvimento de competências e habilidades que, ao término da trajetória escolar, os estudantes estejam preparados para ingressar no mercado de trabalho alcançando a produtividade social.

No livro *Carregando o Elefante: Como transformar o Brasil no país mais rico do mundo*, escrito por Alexandre Ostrowiecki, CEO da *Multilaser*, e Renato Feder, atual Secretário de Educação do Estado de São Paulo, é abordada a importância da gestão e organização do sistema educacional como elementos centrais para a formulação de políticas públicas que visem aprimorar a qualidade e promover a equidade na educação. Os autores advogam o empresariamento da educação a partir de paradigmas decorrentes de experiências bem-sucedidas ao redor do mundo:

A melhoria da educação no Brasil passa por uma questão fundamental: é o Estado a entidade certa para operar dezenas de milhares de escolas? Será que o controle público é a melhor forma de gerir um colégio, escolher material didático, pagar professores e cuidar da manutenção? No caso da maioria das nações do planeta, a resposta ainda é sim, apesar de que esse quadro pode estar mudando. Em quase todos os países, o governo opera um sistema público e gratuito de educação. A princípio esse fato inequívoco nos empurraria para defender o mesmo modelo no caso brasileiro, de uma rede pública e de qualidade. No entanto, uma série de casos de sucesso inquestionável está mudando a visão dos especialistas a respeito da melhor estrutura educacional e apontando as vantagens dos sistemas de vouchers. (Ostrowiecki; Feder, 2008, p. 92)

As proposições apresentadas pelos autores evidenciam uma tendência de transferência da propriedade do sistema educacional, passando de uma gestão predominantemente pública para o controle privado. Essa transição implica na apropriação de recursos públicos por entidades privadas, com o objetivo principal de estimular a acumulação de capital por meio da expansão do mercado educacional.

Nesse cenário, a educação se configura como um setor bastante rentável, não apenas para empresas do ramo de ensino, mas também para diversos outros segmentos econômicos, incluindo as indústrias de tecnologia, como exemplificado por corporações como a *Multilaser*. Essas empresas veem na educação uma oportunidade de ampliar seus negócios e fortalecer sua presença no mercado.

O sistema de *vouchers*, por sua vez, propõe a transferência direta de fundos públicos para instituições privadas, promovendo uma espécie de privatização disfarçada do sistema educacional.

O voucher educacional é um sistema bastante simples de entender: o Estado paga, os pais escolhem, as escolas competem, o nível de ensino sobe e todos saem ganhando. Ou seja, cada família recebe uma espécie de cupom com valor pré-determinado, com o qual pode matricular seu filho em escola particular e o valor do cupom é pago diretamente à escola pelo governo. Nesse cenário, apesar de o governo estar financiando a educação, o processo é gerido pelos princípios da competição e livre iniciativa. Escolas boas recebem muitos alunos, ganham dinheiro e crescem. Escolas ruins perdem alunos e precisam ou melhorar ou fechar as portas. Uma irresistível pressão por melhoria é formada. (Ostrowiecki; Feder, 2008, p. 92)

Ao analisar as ações implementadas pelos governos do estado de São Paulo no período de 1987 a 2025, observa-se o pressuposto da racionalidade neoliberal na atuação do Estado e na política educacional numa tendência crescente de promover o fortalecimento de parcerias com entidades da sociedade civil, visando à captação de recursos financeiros e à participação na gestão do sistema público de ensino para suposta melhoria das condições do funcionamento do prédio e dos aparelhos tecnológicos.

O setor empresarial tem sido frequentemente convocado a participar de parcerias público-privadas, com o objetivo de aprimorar sua eficiência. Nesse processo, há uma incorporação, nas instituições escolares, de critérios de organização e produtividade característicos do modelo empresarial, refletindo uma tendência de alinhamento entre as práticas do setor privado e as políticas educacionais públicas. Como atestam Venco; Bertagna e Garcia (2021):

Os atores privados atuam sobre governos e, logo nos Estados e nas políticas públicas. Em geral, nos países ricos esses atores têm maior espaço e, aliados com os seus governos, influenciam os debates internacionais sobre quase todos os grandes temas; e, para nossa preocupação, questões como saúde, educação, alimentação, energia, meio ambiente têm sido assediados fortemente pelo setor privado, que enxerga neles boas oportunidades de negócios. Essa influência gera padrões (standards) que guiam e orientam as políticas públicas “certas” (muitas vezes são chamadas de “modernas” e/ou “eficientes”) para combater os problemas “certos” (ou seja, os problemas que eles enxergam como problemas). Decidem também o destino da cooperação internacional e do financiamento dos bancos internacionais de desenvolvimento e as condições que devem ser adotadas como parte desses empréstimos. Tudo isso com a ajuda de um arcabouço geral de teorias e pesquisas muitas delas financiadas pelas universidades, fundações e outros centros de pesquisa que dependem do apoio das empresas, constroem um “senso-comum” no qual diversas formas de privatizar tornam-se não uma opção, mas uma decisão natural. Ou seja, o alargamento do mercado, do lucro, é transformado no caminho normal para o Estado cumprir com a obrigação de garantir acesso à uma educação de qualidade para todos. (Venco; Bertagna; Garcia, 2021, p.11)

Essa estratégia é percebida como uma abordagem para a construção de uma educação de qualidade em conformidade com a tendência gerencial e empresarial com ênfase em avaliações, sanções e responsabilizações. Ao comparar as diferentes propostas governamentais ao longo do tempo, evidencia-se que a ênfase na colaboração institucional tem sido ampliada e integrada ao discurso de autonomia escolar, refletindo uma mudança na perspectiva de gestão e na relação entre o Estado, as escolas e a sociedade.

A relação público-privado na educação, como foi demonstrada nesta seção, pode ser vista, a partir da lente foucaultiana, como um dispositivo de biopolítica, de como o poder se desenvolve e passa a conduzir a vida das populações, passa a regular as populações, neste caso, instigando a aceitar que a melhor forma de gerir a educação é através do processo de privatização.

3.1.2 Marco legislativo

Em relação aos marcos legais que precedem e estabelecem a institucionalização das plataformas digitais, apresentamos um quadro que destaca os principais dispositivos normativos e suas respectivas funções para a promoção, desenvolvimento e regulamentação dessas tecnologias no âmbito institucional.

Quadro 4 – Normativas relacionadas ao tema

Legislação	Publicação	Assunto
Decreto nº59.215, de 21.05.2013	DOE-I. 22/05/2013. p.1	Dispõe sobre a disciplina acerca da celebração de convênios, no âmbito da Administração Centralizada e Autárquica, e sobre a instrução dos processos respectivos
Decreto nº 61.981, de 20 de maio de 2016	DOE-I. 21/05/2016. p.1	Dispõe sobre a aplicação, no âmbito da Administração direta e autárquica, da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias com organizações da sociedade civil
Decreto nº64.982, de 15.05.2020	D.O.E.16.05.2020	Institui o Programa Centro de Mídias da Educação de São Paulo - CMSP e dá providências correlatas.
Portaria do Coordenador, de 17.07.2023	D.O.E. - Seção I - 18/07/2023 - Pág.21	Dispõe sobre a organização, principais ações e responsabilidades dos profissionais da Educação no Estado de São Paulo em relação ao Replanejamento e à semana de retomada de aprendizagem.
Resolução nº37, de 30.08.2023	D.O.E. - Seção I - 31/08/2023 - Pág.36	Dispõe sobre o Mapa Estratégico da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo e seu monitoramento.
Resolução CNE/CEB Nº 2, de 21 de março de 2025	Diário Oficial da União Publicado em: 24/03/2025 Edição: 56 Seção: 1 Página: 34	Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e integração curricular de educação digital e midiática.

Elaborado pela pesquisadora

As legislações citadas no quadro acima apresentam um movimento articulado para promover e implementar políticas voltadas à Educação Digital no âmbito do sistema educacional brasileiro, com ênfase para as ações promovidas pelo Estado de São Paulo.

O Decreto nº 59.215, de 21 de maio de 2013, publicado no *Diário Oficial do Estado* em 22 de maio de 2013, trata da regulamentação dos procedimentos relacionados à celebração de convênios no âmbito da Administração Centralizada e Autárquica.

Por sua vez, o Decreto nº 61.981, de 20 de maio de 2016, publicado no *Diário Oficial* em 21 de maio de 2016, dispõe sobre a aplicação, no âmbito da Administração direta e autárquica, da Lei federal nº 13.019/2014, que regula o regime jurídico das parcerias com organizações da sociedade civil. Essa normativa busca alinhar as ações estaduais às diretrizes federais, promovendo maior segurança jurídica e padronização na celebração de parcerias.

O Decreto nº 64.982, de 2020, ao instituir o *Programa Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP)*, demonstra uma iniciativa voltada à integração de recursos midiáticos no contexto educacional, buscando supostamente, de forma ostensiva, potencializar o ensino-aprendizagem por meio do uso das ferramentas das plataformas digitais.

Nesse contexto é fundamental analisar criticamente a efetividade dessa estratégia, pois apenas a implementação de recursos tecnológicos não garante melhorias significativas na qualidade do ensino se não estiver acompanhada de uma formação adequada para os professores e de uma infraestrutura tecnológica consistente e de uma avaliação contínua dos resultados para direcionamento de políticas de governo.

Além disso, há necessidade de se considerar as desigualdades regionais e socioeconômicas que podem limitar o alcance e o impacto dessas ações, reforçando a necessidade de políticas intersetoriais que proporcionem acesso equitativo às ferramentas digitais no sistema educacional.

Essa medida evidencia uma suposta preocupação com a adaptação às novas tecnologias para a educação e sua efetividade depende de uma implementação consistente e pensada nas realidades da escola pública.

A *Portaria do Coordenador de 17 de julho de 2023*, ao tratar do replanejamento e da retomada de aprendizagem, evidencia uma preocupação com a adaptação do calendário escolar e a reorganização das ações pedagógicas em resposta às interrupções causadas por eventos adversos, como a pandemia de COVID-19².

² A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. Disponível em: Acesso em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/c/covid-19> Acesso em: 22 set. 2025

A Resolução nº 37, de 2023, ao estabelecer o *Mapa Estratégico da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo*, demonstra uma abordagem orientada ao planejamento e ao monitoramento das ações institucionais. Tal Resolução passa a instituir o ensino através de plataformas digitais no estado de São Paulo. Em síntese, essas legislações representam passos na direção de uma educação mais digital.

Por fim, a Resolução CNE/CEB Nº 2, de 2025, institui as *Diretrizes Operacionais Nacionais* voltadas para o uso de dispositivos digitais nos ambientes escolares e para a integração da educação digital e midiática ao currículo da Educação Básica. Essas diretrizes normativas devem ser observadas pelos sistemas de ensino e pelas suas respectivas unidades escolares, sendo referência para a organização das práticas pedagógicas, das rotinas escolares e da gestão curricular, buscando garantir a incorporação sistemática das tecnologias digitais aos processos de ensino-aprendizagem. E a referida legislação corrobora com as legislações educacionais em pauta, pois promove a inserção da educação digital e midiática como parte essencial do currículo para a formação integral dos estudantes. Propõem prepará-los para atuar nas demandas contemporâneas, sem questionar as desigualdades de infraestrutura, desigualdades regionais, formação docente, risco de uma reedição de práticas tecnicistas, centrada no domínio de ferramentas tecnológicas em detrimento da reflexão crítica e pedagógica e dependências de parcerias público/privado na implementação das políticas digitais educacionais.

3.1.3 Portaria do Coordenador

Nesta seção, explicitaremos a *Portaria do Coordenador*, datada de 17 de julho de 2023 e publicada na Seção I do *Diário Oficial do Estado de São Paulo* em 18 de julho de 2023, que estabeleceu diretrizes específicas para o replanejamento pedagógico e que culminou na implementação das plataformas digitais na educação básica do estado de São Paulo. As atividades desenvolvidas na semana de planejamento contou com a elaboração de planos de ação individualizados por turma, o uso de materiais digitais disponibilizados pela Secretaria e a suposta possibilidade de adaptação de práticas pedagógicas conforme as especificidades de cada contexto escolar.

A responsabilidade pela organização, execução e avaliação dessas ações foi compartilhada entre diferentes atores da rede estadual, incluindo dirigentes, supervisores, coordenadores pedagógicos, diretores escolares e professores.

Conforme Capítulo I, artigo 1º, da citada portaria:

Do Replanejamento. Artigo 1º- Institui-se como pauta para o dia do Replanejamento do 2º semestre de 2023, a ocorrer no dia 24 de julho de 2023, com a participação do corpo docente de todas as unidades escolares

da rede: a) Semana de Retomada; b) **Material Digital**; c) Prepara SP; d) **Plataformas Educacionais**; e) Itinerários Formativos; f) Modalidades. Parágrafo único – Organiza-se a pauta do Replanejamento conforme o material disponibilizado para as Diretorias de Ensino via Comunicado da Subsecretaria. (Grifos nossos)

Dessa forma, buscou-se uma intervenção pedagógica estruturada, capaz de promover a recuperação e o fortalecimento do aprendizado, em consonância com as diretrizes institucionais e as exigências do cenário educacional, com a implementação do material digital e das plataformas digitais. Em relação ao papel dos professores, o artigo 4º do parágrafo 5º cita o seguinte:

§5º- Como base das práticas de retomada, os professores **devem utilizar**, preferencialmente, o **Material Digital** referido no próprio Painel Escola Total; § 6º-Caso avaliem adequado, os professores **podem** escolher outros materiais e práticas diversas do Material Digital, de acordo com cada caso de aplicação.

No parágrafo 5º, observa-se a expressão "devem", indicando uma orientação obrigatória para os professores utilizarem, preferencialmente, o Material Digital disponibilizado no Painel Escola Total como base para as práticas de retomada. O discurso sugere que a utilização desse material é considerada a prática recomendada ou prioritária, possivelmente por sua adequação às diretrizes pedagógicas estabelecidas ou por sua disponibilidade e alinhamento com os objetivos de recuperação de aprendizagem.

No sexto parágrafo, a utilização do termo "podem" demonstra que os professores possuem autonomia para selecionar materiais e práticas diversificadas, desde que sejam considerados apropriados. Tal uso discursivo supostamente confere autonomia ao docente para adaptar ou complementar as estratégias de retomada, levando em conta as particularidades de cada turma ou situação. Postula-se, contudo, que tal escolha não exime o professor de responsabilidade pela efetividade das ações adotadas, uma vez que a autonomia concedida deve estar alinhada às diretrizes pedagógicas e às expectativas de resultados.

Quanto à questão da responsabilização, o discurso dos parágrafos sugere uma distinção importante: enquanto a obrigatoriedade de uso do Material Digital no parágrafo 5º implica que a não utilização pode ser considerada uma infração às orientações estabelecidas, a liberdade de escolha no parágrafo 6º implica que o professor tem margem para decidir, desde que suas ações estejam fundamentadas em critérios pedagógicos adequados.

Assim, em situações em que as práticas escolhidas não resultem nos efeitos desejados ou violem as orientações gerais, o profissional pode ser questionado ou responsabilizado, especialmente se agir de forma negligente ou contrária às diretrizes estabelecidas.

Por outro lado, o discurso não especifica explicitamente as consequências de

eventuais desvios ou insucessos, o que reforça a necessidade de uma análise contextualizada e de orientações adicionais por parte das instâncias gestoras. Em suma, embora haja uma distinção entre obrigatoriedade e autonomia, a responsabilidade do professor permanece, e a adoção de práticas divergentes deve ser fundamentada em critérios pedagógicos sólidos para evitar possíveis questionamentos ou sanções.

No atual cenário contemporâneo da educação, a incorporação de plataformas digitais tem se consolidado como uma estratégia essencial para promover o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, além de ampliar o acesso a recursos pedagógicos diversificados. As plataformas digitais estão atreladas ao *Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP)*, criado em 15 de maio de 2020, conforme apresentado no Quadro 4 da Legislação. A finalidade principal do CMSP é promover a implementação de práticas pedagógicas mediadas por tecnologias, em âmbito estadual.

A implementação acelerada dessas medidas ocorreu em decorrência da crise sanitária provocada pela pandemia de COVID-19. Como uma resposta emergencial e temporária à necessidade de prevenção ao contágio, as aulas presenciais foram suspensas, levando à adoção de modalidades de ensino a distância.

O artigo 7º do regulamento que dispõe sobre a execução do *Programa Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP)* estabelece a possibilidade de celebração de diversos instrumentos jurídicos, como contratos, convênios e parcerias, entre a Secretaria da Educação e diferentes entidades públicas e privadas.

Artigo 7º - Para a execução do Programa CMSP, a Secretaria da Educação poderá celebrar contratos, convênios e parcerias com órgãos e entidades da Administração Pública, bem assim com pessoas jurídicas de direito **público ou privado**, observados os Decretos no 59.215, de 21 de maio de 2013, e no 61.981, de 20 de maio de 2016. DOE - Seção I – 16/05/2020 - Pág.1 Decreto nº 64.982, de 15 de maio de 2020.

A expressão "parceria público-privada", já discutida na seção 3.1.1 (*As Relações entre os Setores público e privado: O Papel dos Governadores do Estado de São Paulo*), nos faz refletir sobre a possibilidade de uma colaboração genuína em que ambos os setores compartilhem benefícios. Contudo, a preocupação é que esse tipo de relação tende a representar uma forma de apropriação privada de recursos públicos, além de criar um segmento de mercado altamente lucrativo.

Dessa maneira, as parcerias público-privadas são frequentemente estabelecidas por meio de contratos de gestão e acordos centrados em resultados, metas educacionais, transferência de responsabilidades, indicadores de desempenho, avaliações externas, além de políticas de bonificação e meritocracia, conceitos que são originalmente oriundos do discurso empresarial.

Em consonância com o que está ocorrendo no estado de São Paulo, citamos a Lei Federal nº 14.533, publicada em 11 de janeiro de 2023, que representa um marco na legislação brasileira ao estabelecer a *Política Nacional de Educação Digital (PNED)*, e que, também, traz o tema das parcerias públicas-privadas.

Artigo 3º-§ 1º Constituem estratégias prioritárias do eixo Educação Digital Escolar: VII -incentivo a parcerias e a acordos de cooperação; Art. 11. Constituem fontes de recursos para financiamento da Política Nacional de Educação Digital: II - doações públicas ou privadas.

Essa lei visa promover a integração das tecnologias digitais no sistema educacional do país, promovendo uma transformação nas práticas pedagógicas, na formação de professores e na gestão escolar.

Segundo Venco e Seki (2023)

Todos os atos, como se percebe, focalizam o ajustamento da educação às supostas demandas deste mundo novo da digitalização tecnológica e o papel que o Estado deve desempenhar de estímulo e indução à crescente indústria de tecnologias digitais na educação - incluindo, claramente, a apropriação do fundo público (Venco; Seki, 2023, p.452).

E no Artigo 11 também é abordado sobre os recursos para financiamento da Educação Digital:

Art. 11. Constituem fontes de recursos para financiamento da Política Nacional de Educação Digital: I - dotações orçamentárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; II - **doações públicas ou privadas**; III - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, a partir de 1º de janeiro de 2025; IV - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações. Parágrafo único. Para a implementação da Política Nacional de Educação Digital, poderão ser firmados convênios, termos de compromisso, acordos de cooperação, termos de execução descentralizada, ajustes ou instrumentos congêneres com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal, **bem como com entidades privadas**, nos termos de regulamentação específica. (Grifos nosso)

Pode-se observar que, gradualmente, o discurso produzido por meio das legislações vai naturalizando a relação entre os setores público e privado no que tange à educação o que culmina, a nosso ver, no atual quadro de plataformização da educação no Estado de São Paulo.

Essas plataformas, que compreendem tarefas de casa, práticas de redação, biblioteca digital e recursos de matemática, visam oferecer suporte tanto aos estudantes quanto aos docentes, promovendo uma aprendizagem mais interativa, autônoma e contextualizada, nos termos dos idealizadores.

Dessa forma, a adoção das ferramentas digitais configura-se como uma provável resposta às exigências atuais por inovação pedagógica e inclusão digital no ambiente escolar,

como se pode observar a seguir:

Artigo 10º – Com o objetivo de desenvolver a aprendizagem dos estudantes, a Secretaria de Educação apresenta as Plataformas Educacionais que serão oferecidas aos estudantes da rede estadual a partir do segundo semestre. (a) **Tarefas SP** – envio aos estudantes de tarefas de casa (b) **Redação Paulista** – Prática de escrita e acervo de redações do estudante (c) **Leia SP** – biblioteca digital com atividades (d) **Khan Academy** – plataforma de matemática do 8º ano EF até 3ª série EM. § 1º – As atividades de implementação dessas plataformas serão comunicadas em material referencial a ser compartilhado pela Subsecretaria. § 2º – As Diretorias Regionais, e as Unidades Escolares devem considerar em seu planejamento a implementação inicial das plataformas. (Grifos nosso)

No recorte discursivo acima, são citadas as plataformas iniciais que foram implementadas, contudo, hoje houve uma ampliação do número, conforme veremos mais adiante neste texto.

A plataforma *Tarefas SP*, por exemplo, possibilita o envio de atividades de casa, facilitando teoricamente o acompanhamento do progresso dos estudantes e incentivando a autonomia no estudo. A ferramenta *Redação Paulista* disponibiliza um acervo de redações e exercícios de prática de escrita, contribuindo para um presumido aprimoramento das habilidades de expressão escrita, competências essenciais para o bom desempenho acadêmico e para avaliações externas. A biblioteca digital *Leia SP* amplia o acesso a materiais de leitura e atividades, fomentando a pressuposição do hábito de leitura e o aprendizado autodirigido. Por fim, a plataforma *Khan Academy*, reconhecida internacionalmente, oferece recursos específicos de matemática para diferentes níveis de ensino, promovendo uma prognose de aprendizagem personalizada e o reforço de conteúdos fundamentais.

A adoção das Plataformas Educacionais pela Secretaria de Educação representa, em sua visão, uma iniciativa relevante para a modernização do ambiente escolar, tendo “[...] o objetivo de desenvolver a aprendizagem dos estudantes”, como se vê nos termos acima.

Assim, a implementação dessas plataformas pode, nos discursos governamentais, consolidar-se como um elemento central na construção de uma educação mais inovadora, acessível e de qualidade na rede estadual, estando alinhadas às demandas do século XXI.

Contudo, em nossa análise, as plataformas implementadas na Educação Pública do Estado de São Paulo, aplicam princípios e práticas de gestão empresarial como: atingir metas, uso de indicadores de desempenho e ênfase na eficiência e resultados, o que não garante a tão almejada qualidade da educação. É possível, também, associar a uma dimensão de privatização do currículo, considerando-se a obrigatoriedade e o monitoramento do uso dessas plataformas.

Dessa perspectiva, os “insumos curriculares” que se privatizam referem-se ao conjunto de produtos e serviços diretamente relacionados à “estruturação” e, portanto, à conformação

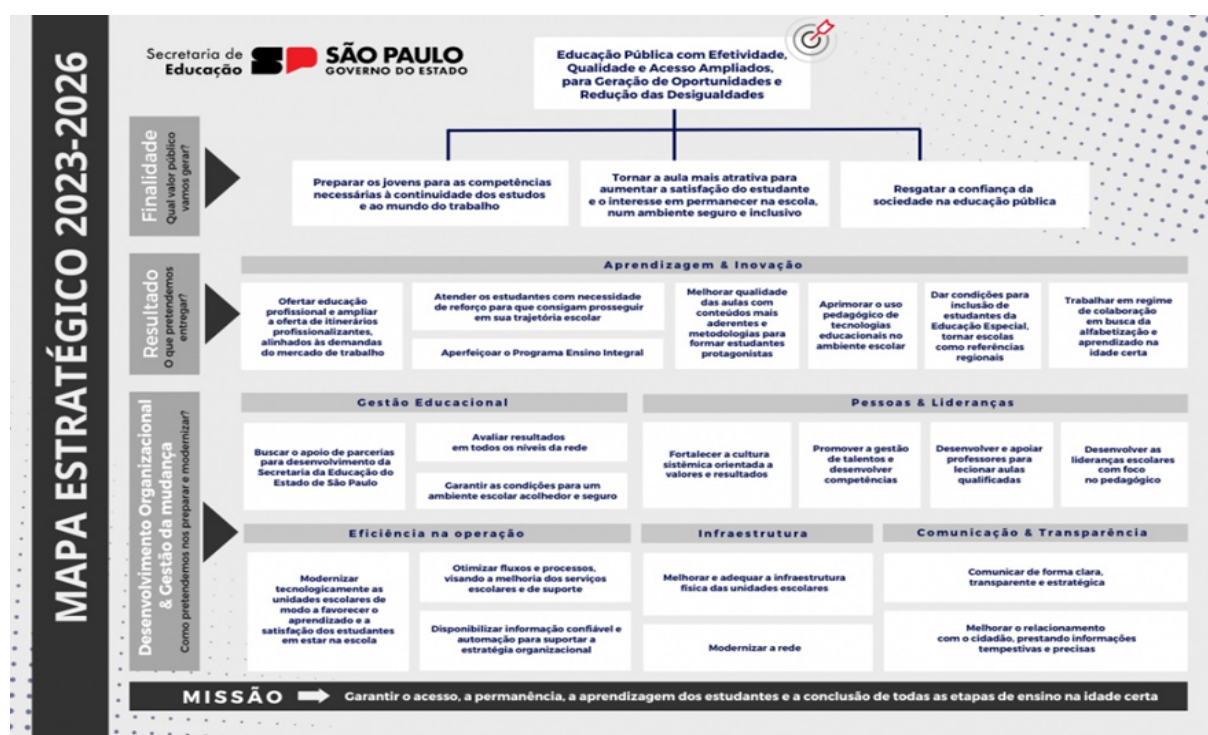
do trabalho pedagógico e que têm sido desenvolvidos por empresas ou *startups* financiadas por “filantropos de risco” (OCDE NETFWS, 2014). Trata-se de um modelo gerencial, empresarial e privatista de educação, conseqüentemente um aprofundamento da vertente neoliberal. “Nessa “rubrica” incluem-se as chamadas tecnologias educacionais, as quais envolvem conteúdos, aplicativos e jogos produzidos para atividades digitais, além de plataformas digitais (Adrião, 2022, p.97).

3.1.4 Mapa Estratégico

Dando continuidade às legislações que instituíram as plataformas no estado de São Paulo, citamos a Resolução da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo de 30 de agosto de 2023, que dispõe sobre o Mapa Estratégico para o período de 2023 até 2026, que define os objetivos, metas e monitoramentos que norteiam as ações do órgão central, das diretorias de ensino e das unidades escolas na rede pública estadual.

A *Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC/SP)* elaborou seu planejamento estratégico, contemplando a definição de sua missão, valores, objetivos estratégicos e projetos prioritários. A Figura 2 apresenta a estrutura do *Mapa Estratégico* referente ao período de 2023 a 2026, ilustrando visualmente os principais componentes e relações que sustentam as diretrizes estratégicas adotadas pela instituição.

Figura 2 - Mapa Estratégico 2023-2026 (Vide link abaixo)



Frente a isso, iniciamos a discussão/problematização dos efeitos de sentidos presentes no discurso desse documento evidenciando a presença de enunciados do campo lexical da racionalidade neoliberal na educação que se configuram como discursos para pseudo-aprendizagem, pseudo-ensino, pseudo-valorização do setor público, pseudo-parcerias, pseudo-gestão, pseudo-verdades. Enunciados como: efetividade, competência, mundo do trabalho, aula mais atrativa, satisfação do estudante, demandas do mercado de trabalho, eficiência, valores e resultados e liderança podem ser verificados acima.

A visão neoliberal tem influenciado de formas diversas a educação no Estado de São Paulo, promovendo uma transformação nas relações sociais ao redor de interesses públicos e privados, impactando diretamente no ensino-aprendizagem e na gestão das escolas.

O provável entendimento das transformações sociais, educacionais e econômicas contemporâneas requer uma análise aprofundada das novas formas de racionalidade que moldam o mundo na atualidade. Segundo os autores, Dardot e Laval (2016), a emergência de uma racionalidade neoliberal representa uma mudança paradigmática, caracterizada pela predominância da concorrência em todos os níveis da vida social.

Essa lógica permeia desde as estruturas estatais até as ações cotidianas dos indivíduos, configurando uma nova ordem de funcionamento social.

O processo de construção dessa racionalidade, conforme apontam os autores, ocorre por etapas que envolvem a transformação do mercado, a normatização da concorrência na atividade dos agentes econômicos, a incorporação dessa lógica na gestão estatal e, por fim, a internalização dessa norma na conduta do sujeito-empresa.

Essa análise evidencia como a concorrência se consolidou como princípio orientador de diversas esferas, refletindo uma mudança profunda na organização social e na relação entre Estado, mercado e indivíduos.

Da construção do mercado à concorrência como norma dessa construção, da concorrência como norma da atividade dos agentes econômicos à concorrência como norma da construção do Estado e de sua ação e, por fim, da concorrência como norma do Estado-empresa à concorrência como norma da conduta do sujeito empresa. (Dardot; Laval, 2016, p. 379)

A implementação das políticas neoliberais tem contribuído para o enfraquecimento da educação pública no Estado de São Paulo, ao promover a automatização do processo de ensino por meio de diversas plataformas digitais fornecidas por empresas privadas e por valores exorbitantes, conforme apresentaremos na Tabela 2, na seção 3.2. Tais empresas, em geral, não possuem expertise específica na área de educação pública, o que levanta questionamentos acerca da sua efetividade e dos impactos na qualidade do ensino, se aproximando de uma gestão apenas gerencialista.

Segundo Dardot e Laval (2016, p. 237), o Estado neoliberal “[...] adota por princípio a

submissão de sua ação às regras do direito privado”, isso nos faz refletir sobre o novo papel do Estado que não é mais financiar ou oferecer serviços públicos como parte de políticas sociais, mas sim atuar na regulamentação, definir objetivos e metas e impor sanções quando necessário.

Dessa forma, segundo Dardot e Laval (2016), o Estado passa a desempenhar um papel de gestor, orientando as questões políticas e econômicas de acordo com princípios de administração privada. Sua execução se dá por meio da avaliação, regulamentação e implementação de mecanismos jurídicos que visam garantir a liberdade individual e a supremacia do mercado.

De acordo com Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo vai além de uma simples política econômica; ele representa um conjunto de estratégias, práticas e discursos que promovem uma cultura empresarial e empreendedora em diversos aspectos da sociedade, como a educação, objeto de análise desta pesquisa.

Neste contexto vivenciamos um cenário educacional de desqualificação dos serviços prestados pelas escolas estaduais com as plataformas educacionais demonstrando apenas resultados algorítmicos, mas que não evidenciam aprendizagem verdadeira dos estudantes.

Isso tem afetado principalmente o ensino-aprendizagem dos estudantes que mais necessitam, os mais vulneráveis. Postulamos, pois, que o impacto negativo atinge principalmente no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes em situação de maior vulnerabilidade, que demandam de mais suportes educacionais, comprometendo assim o direito fundamental dos estudantes, como o acesso a uma educação de qualidade e a formação integral, essenciais para o seu desenvolvimento pleno.

A inserção da racionalidade neoliberal na educação tem ressignificado o papel das avaliações, que se transformaram em modelo de larga escala, dos materiais didáticos, das tecnologias educativas e das práticas de gestão nos sistemas de ensino, além de promover a transferência de recursos públicos para organizações do setor privado. De acordo com Freitas (2014), a mercantilização da educação progride ao estabelecer uma aproximação entre a agenda pública educacional e as agendas privadas, promovendo uma consonância com os interesses do mercado educacional.

Assim, com o apoio de governantes, os setores empresariais defendem mudanças no sistema de ensino que têm contribuído à implementação de políticas educacionais que transformam a escola em um espaço voltado para a reprodução do capital.

Nesse sentido, a educação formal passa a estar diretamente vinculada aos objetivos de preparar os estudantes para o mercado de trabalho, preparação para a venda da força de trabalho, priorizando competências que atendam às demandas do setor produtivo. Conforme *Boletim sobre o XXXVII Congresso do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP)* estamos presenciando a implantação de:

Uma política de 'Estado mínimo', pela qual se reduza drasticamente o investimento em políticas públicas, equipamentos e servidores públicos, que atenda os interesses dos grupos econômicos e camadas privilegiadas da sociedade e no qual a **Educação pública seja um mero instrumento para o atendimento das necessidades do chamado 'mercado de trabalho'**, sem compromisso com a promoção da cidadania e da justiça social (APEOESP, 2023, p. 1). (Grifo nosso)

A ênfase no sistema educacional tem se deslocado das disciplinas científicas, históricas e filosóficas, para a valorização de competências específicas. Nesse contexto, observa-se também uma utilização muitas vezes inadequada do termo mundo do trabalho, que frequentemente é associado ao mercado de forma indistinta, com o propósito de estabelecer uma ligação direta entre a escola e as empresas.

O *Mapa Estratégico* (São Paulo, 2023-2026) apresenta uma concepção de gestão educacional influenciada por princípios empresariais, marcada por valores mercadológicos e pelo fortalecimento de uma cultura sistêmica orientada para resultados e valores econômicos, o que contrasta com os propósitos da educação pública, que visam à formação crítica, cidadã e humanista dos estudantes. Opera na produção de saberes sobre os corpos e as condutas, configurando uma microfísica do poder que permeia as relações sociais cotidianas.

Assim, o *Mapa Estratégico* para o período de 2023 a 2026 está intimamente ligado à elaboração e execução de um currículo que esteja alinhado às necessidades capitalistas, o que se configura, em última instância, atrelado ao dispositivo de biopolítica, que se manifesta através da classificação, hierarquização e controle das populações, “[..] frequentemente sob a aparência de racionalidade técnica e de uma suposta neutralidade científica, destinados a maximizar forças e a extraí-las, mas que passam por caminhos inteiramente diferentes” (Foucault, 2000, p. 293-294).

3. 2 Microdiscurso

Iniciamos o microdiscurso apresentando uma tabela (Tabela 2) que compila as plataformas implantadas até o momento 2024, no estado de São Paulo, incluindo informações referentes a empresa responsável, ao valor investido e à publicação correspondente no Diário Oficial. Ressalta-se que, em alguns casos, não foi possível obter o acesso completo a todas as informações relativas às plataformas listadas.

Tabela 2: Plataformas digitais implantadas no Estado de São Paulo

Plataforma	Estado/ Empresa	Valor	Diário Oficial
Super BI			
Matriculas	.		
Aluno Presente			
Alura	AOS Sistemas de Informática S.A.	R\$ 30.845.897,55 (trinta milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e noventa e sete reais e cinquenta e cinco centavos)	09.08.2023-Caderno Executivo-Seção III-p.90
Redação Paulista			
Tarefas SP			
Mega Escola			
WiFi disponibilidade			
Khan Academy	Doador: Khan Academy Brasil	Valor estimado: R\$39.600.000,00 (trinta e nove milhões e seiscentos mil reais)	12.07.2023-Caderno Executivo - Seção I-p. 23
Matific	Matific Brasil Apoio Educacional Ltda.	R\$ 72.208.354,68 (setenta e dois milhões, duzentos e oito mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e oito centavos)	26.09.2023-Caderno Executivo - Seção III-p.182
Equipamento SP			
Apoio Presencial			
Leia SP	Brookwire Brazil Distribuição de Livros Digitais Ltda	R\$ 3.900.000,00 (três milhões e novecentos mil reais)	28.12.2023-Caderno Executivo - Seção III-p.158
Me Salva	Doador: Me Salva! Cursos e Consultoria S.A	Objeto: Doação de 1.139.150 (um milhão, cento e trinta e nove mil e cento e cinquenta acessos); Valor estimado: R\$40.952.442,50 (quarenta milhões, nove-centos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos)	16.02.2024-Caderno Executivo -Seção I-p.27
	Doador: Me Salva! Cursos e Consultoria S.A.	Valor estimado: R\$ 12.968.063,75 (doze milhões, novecentos e sessenta e oito mil, sessenta e três reais e setenta e cinco centavos)	17.07.2023-Caderno Executivo - Seção I-p.22
ATPC			
Prova Paulista			
Elefante Letrado	Elefante Letrado Serviços Educacionais Ltda.	Valor total do contrato: R\$ 6.509.880,00 (Seis milhões e quinhentos e nove mil e oitocentos e oitenta reais)	08.05.2024-Caderno Executivo - Seção III-p.55
	Elefante Letrado Serviços Educacionais Ltda.	Valor total do contrato: R\$ 10.774.155,00 (Dez milhões e setecentos e setenta e quatro mil e cento e cinquenta e cinco reais)	17.06.2024-Caderno Executivo - Seção III-p.31
	Elefante Letrado Serviços Educacionais Ltda.	Valor do Termo de Aditamento: R\$ 1.730.124,00 (um milhão, setecentos e trinta mil, cento e vinte e quatro reais)-do 1º ao 6º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	25.09.2024-Caderno Executivo - Seção III-p.37
Speak	Pearson Education do Brasil	R\$ 110.160.000,00 (cento e dez milhões, cento e sessenta mil reais).	02.02.2024-Caderno Executivo- Seção I-p.57

CONVIVA

Edu.profissional

Prontos pro Mundo

RecuperAção

Robótica

Programa Multiplica
Professores

Professor Tutor Anos
Finais

Plataformas
Educação Especial

Professor Tutor Anos
Iniciais

Fonte: Elaborado pela Pesquisadora

Como vimos até o momento, as plataformas, implementadas na Educação Pública do Estado de São Paulo, aplicam princípios e práticas de gestão empresarial como atingir metas, uso de indicadores de desempenho e ênfase na eficiência e resultados.

Também, é possível associar essa questão a uma dimensão de privatização do currículo, considerando-se a obrigatoriedade e o monitoramento do uso dessas plataformas. Conforme Adrião (2022):

Dessa perspectiva, os “insumos curriculares” que se privatizam referem-se ao conjunto de produtos e serviços diretamente relacionados à “estruturação” e, portanto, à conformação do trabalho pedagógico e que têm sido desenvolvido por empresas ou startups financiadas por “filantropos de risco”. (Adrião, 2022, p.97)

Pode-se observar esses filantropos de risco, na tabela acima pelo montante pago às empresas privadas, em sua maioria da área de informática, pelos materiais de plataformas. Dentre algumas mais notáveis, citamos: *Pearson Education do Brasil*, com R\$ 110.160.000,00 (cento e dez milhões, cento e sessenta mil reais) e *Matific Brasil Apoio Educacional Ltda*, pelo valor de R\$ 72.208.354,68 (setenta e dois milhões, duzentos e oito mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e oito centavos).

A figura a seguir apresenta os logos das plataformas do *Painel Escola Total*.

Figura 3 - Painel Escola Total 2025



Fonte: <https://escolatotal.educacao.sp.gov.br/Inicio/Home>

Essa quantidade de plataformas nos faz refletir, mais uma vez, sobre a presença do neoliberalismo no processo educacional, enquanto dispositivo de biopolítica, ao tratar a educação como uma mercadoria voltada aos interesses empresariais e norteadas pelos mesmos princípios: atingimento de metas, indicadores de desempenho, foco na eficiência e nos resultados.

Considerando a grande quantidade de plataformas, trinta e sete no total, selecionamos uma delas para uma análise detalhada de modo a exemplificar os impactos na educação, conforme explicitado na metodologia:

1. Apoio Presencial trata-se de uma plataforma que possibilita que diretores escolares e coordenadores pedagógicos realizem a observação de aulas, oferecendo *feedbacks* construtivos aos docentes. Essa prática favorece, supostamente, o aprimoramento contínuo do processo de ensino e aprendizagem, promovendo um ambiente educacional mais eficiente e colaborativo.

Assim problematizamos, propondo uma reflexão crítica que aborde tanto as potencialidades quanto as limitações dessas ferramentas digitais no contexto da gestão pública do Estado de São Paulo, contribuindo para olhares mais aprofundados do seu papel na educação atual, de modo a pensar quais subjetividades estão sendo engendradas. Assim, ao problematizar, buscaremos ampliar a compreensão sobre o papel dessas plataformas na transformação do sistema educacional e suas subjetividades.

Supervisores, gestores, professores e estudantes estão se moldando às novas formas de interação, de aprendizagem, de conhecimentos o que tem gerado muitos desafios

emocionais, físicos e estruturais, como por exemplo dificuldade de acesso, aumento de dependência tecnológica, desigualdades no percurso educativo, entre outros. Todos estão enfrentando esses novos desafios, que tem gerado desgastes emocionais e físicos devido à falta de formação e de infraestrutura adequada.

O discurso governamental, para a implantação das plataformas digitais é reduzir o abandono e tornar as aulas mais atrativas aos estudantes. Junto com esse novo mecanismo de conhecimento está o controle e a vigilância, limitando a liberdade, a criatividade e a autonomia, tanto do gestor, do professor, como do estudante.

As relações de poder e saber são disseminados nas práticas discursivas para mediar conteúdos educacionais, moldar formas de pensar e agir dos sujeitos. As plataformas educacionais implantadas podem ser vistas como ferramentas de biopolítica, controle, monitoramento e regulação dos processos educacionais.

É fundamental discutir como esses dispositivos digitais fomentam as relações de poder, de saber, biopolítica, discurso, sujeito e subjetividade o que se faz necessário pensar os efeitos dessas plataformas e buscar outros olhares, outras verdades, outras críticas, outras autonomias, outros espaços, outros sentidos, outros querer, outras coragens, outras condutas, outras liberdades, outros modos de sentir, outros modos de falar, outros modos de ouvir, outras práticas, outros caminhos.

3.2 Apoio Presencial

O documento intitulado *Guia da Plataforma de Apoio Presencial*, atualizado em 22 de abril de 2025, possui um total de 47 páginas e está estruturado em seções que incluem Introdução, Tutorial de navegação pela plataforma, Objetivos de utilização e os painéis do sistema Escola Total (BI). Essa ferramenta de *Apoio Presencial* é digital e está disponibilizada por meio de uma plataforma online acessível pelo link <https://apoio-presencial.educacao.sp.gov.br/login>.

Para utilizá-la, é necessário fazer login com o mesmo usuário e senha utilizado na *Secretaria Escolar Digital (SED)*. A mudança para o formato digital visa facilitar o registro e o acompanhamento das atividades de apoio ao docente, além de permitir hipoteticamente uma gestão mais eficiente e integrada do acompanhamento presencial das aulas pela equipe gestora.

O *Apoio Presencial em Sala de Aula (APSA)* é apresentado como uma metodologia de formação contínua em serviço, ou seja, uma estratégia voltada para o desenvolvimento profissional contínuo que visa supostamente refletir e aprimorar a prática docente.

Segundo a *Portaria do Coordenador de 14/03/2024*:

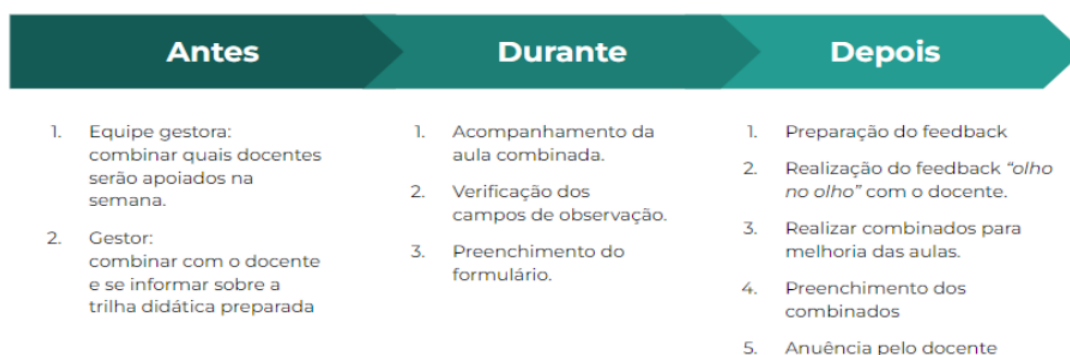
Artigo 2º – São objetivos gerais do Apoio Presencial, em sala de aula: I – Integrar a escola por meio da articulação e liderança do Diretor Escolar/ Diretor de Escola; II – Aprimorar as práticas de sala de aula por meio de observações, devolutivas e construção de combinados; III – Aproximar a gestão escolar à prática pedagógica; IV – Avaliar para resultados e pontos de melhoria na qualidade dos serviços prestados aos estudantes tomada de decisões; V – Melhorar os indicadores de resultados relacionados à aprendizagem dos estudantes.

Os objetivos estabelecidos demonstram uma preocupação com a integração entre a gestão escolar e as atividades pedagógicas, bem como com a elevação da qualidade do ensino e a utilização de dados para fundamentar tomada de decisões.

O ciclo está estruturado em três momentos: antes, durante e depois; essa abordagem processual presume uma reflexão constante e o ajuste de estratégias pedagógicas.

Figura 4 - Ciclo de Apoio Presencial

Etapas do Ciclo de Apoio Presencial



Fonte: Secretaria da Educação-Apoio Presencial

A estrutura temporal visa assegurar um suposto suporte seja dinâmico, contextualizado e direcionado à resolução de questões específicas, promovendo uma suposta cultura de avaliação formativa que promovam a criticidade. No âmbito deste ciclo de apoio presencial, são desenvolvidas atividades que incluem o monitoramento das aulas, o preenchimento de formulários eletrônicos destinados a subsidiar a gestão escolar, bem como a realização de devolutivas (*feedbacks*) direcionadas aos docentes.

De acordo com a *Portaria do Coordenador de 14/03/2024*:

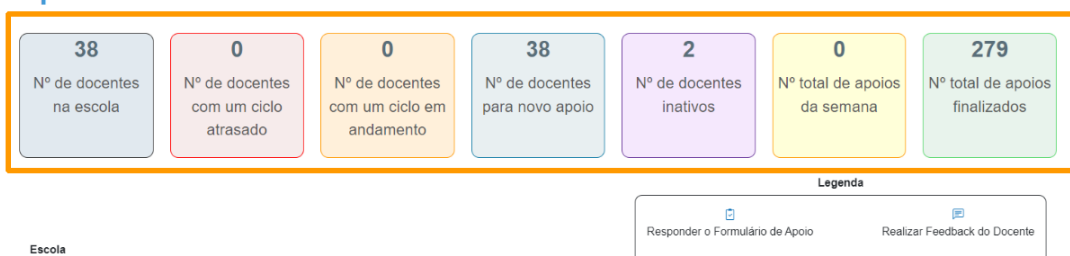
Artigo 3º – O Apoio Presencial em sala de aula deve se orientar pelos seguintes pressupostos pedagógicos: I – O caráter formativo da avaliação da prática didática; II – A qualidade da mobilização curricular; III – A valorização das estratégias de aprendizagem ativa; IV – A importância do engajamento dos estudantes nos processos de ensino-aprendizagem.

Essas ações pressupõem melhorar as práticas pedagógicas, aproximar a gestão escolar da prática em sala de aula, avaliar resultados e identificar pontos de melhoria na qualidade do ensino, contribuindo assim para o aprimoramento do desempenho dos estudantes. Por fim, o acompanhamento dos indicadores de evolução dessas atividades é feito por supervisores de ensino, com o suporte da Subsecretaria, e os resultados são monitorados por meio de painéis de BI publicados periodicamente.

No *Painel do Gestor*, o gestor tem acesso ao painel de controle da unidade escolar, conforme ilustrado na imagem a seguir.

Figura 5 - Painel do Gestor

Apoio Presencial em Sala de Aula



Fonte: Secretaria da Educação-Apoio Presencial

Ao navegar nesse quadro é possível visualizar o nome dos docentes, número de apoios realizados pelos gestores, *feedbacks* mais recentes e consultar o histórico de apoios finalizados.

Figura 6 - Histórico de Apoios

Docente	DI	Nº de apoios	Apoio realizado ?	Status do Feedback	Ações	Excluir	Gerar PDF
[Redacted]	1	0	Aguardando início	Não agendado	[Icon]	[Icon]	[Icon]
[Redacted]	1	1	Aguardando início	Não agendado	[Icon]	[Icon]	[Icon]
[Redacted]	1	2	Aguardando início	Não agendado	[Icon]	[Icon]	[Icon]
[Redacted]	1	3	Sim, em 17/05/2024	Concluído, liberado para docente	[Icon]	[Icon]	[Icon]
[Redacted]	1	2	Aguardando início	Não agendado	[Icon]	[Icon]	[Icon]
[Redacted]	1	2	Aguardando início	Não agendado	[Icon]	[Icon]	[Icon]
[Redacted]	1	2	Sim, em 10/05/2024	Concluído, liberado para docente	[Icon]	[Icon]	[Icon]
[Redacted]	1	2	Sim, em 21/05/2024	Não, agendado para 21/05/2024	[Icon]	[Icon]	[Icon]
[Redacted]	2	4	Aguardando início	Não agendado	[Icon]	[Icon]	[Icon]
[Redacted]	1	2	Aguardando início	Não agendado	[Icon]	[Icon]	[Icon]

Escola: ANTONIO AUGUSTO NETTO

Nome: [Redacted] | Filtro: [Redacted]

Respostas: 1 x 10 de 35

Atenas: 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149 150 151 152 153 154 155 156 157 158 159 160 161 162 163 164 165 166 167 168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 179 180 181 182 183 184 185 186 187 188 189 190 191 192 193 194 195 196 197 198 199 200 201 202 203 204 205 206 207 208 209 210 211 212 213 214 215 216 217 218 219 220 221 222 223 224 225 226 227 228 229 230 231 232 233 234 235 236 237 238 239 240 241 242 243 244 245 246 247 248 249 250 251 252 253 254 255 256 257 258 259 260 261 262 263 264 265 266 267 268 269 270 271 272 273 274 275 276 277 278 279 280 281 282 283 284 285 286 287 288 289 290 291 292 293 294 295 296 297 298 299 300 301 302 303 304 305 306 307 308 309 310 311 312 313 314 315 316 317 318 319 320 321 322 323 324 325 326 327 328 329 330 331 332 333 334 335 336 337 338 339 340 341 342 343 344 345 346 347 348 349 350 351 352 353 354 355 356 357 358 359 360 361 362 363 364 365 366 367 368 369 370 371 372 373 374 375 376 377 378 379 380 381 382 383 384 385 386 387 388 389 390 391 392 393 394 395 396 397 398 399 400 401 402 403 404 405 406 407 408 409 410 411 412 413 414 415 416 417 418 419 420 421 422 423 424 425 426 427 428 429 430 431 432 433 434 435 436 437 438 439 440 441 442 443 444 445 446 447 448 449 450 451 452 453 454 455 456 457 458 459 460 461 462 463 464 465 466 467 468 469 470 471 472 473 474 475 476 477 478 479 480 481 482 483 484 485 486 487 488 489 490 491 492 493 494 495 496 497 498 499 500 501 502 503 504 505 506 507 508 509 510 511 512 513 514 515 516 517 518 519 520 521 522 523 524 525 526 527 528 529 530 531 532 533 534 535 536 537 538 539 540 541 542 543 544 545 546 547 548 549 550 551 552 553 554 555 556 557 558 559 560 561 562 563 564 565 566 567 568 569 570 571 572 573 574 575 576 577 578 579 580 581 582 583 584 585 586 587 588 589 590 591 592 593 594 595 596 597 598 599 600 601 602 603 604 605 606 607 608 609 610 611 612 613 614 615 616 617 618 619 620 621 622 623 624 625 626 627 628 629 630 631 632 633 634 635 636 637 638 639 640 641 642 643 644 645 646 647 648 649 650 651 652 653 654 655 656 657 658 659 660 661 662 663 664 665 666 667 668 669 670 671 672 673 674 675 676 677 678 679 680 681 682 683 684 685 686 687 688 689 690 691 692 693 694 695 696 697 698 699 700 701 702 703 704 705 706 707 708 709 710 711 712 713 714 715 716 717 718 719 720 721 722 723 724 725 726 727 728 729 730 731 732 733 734 735 736 737 738 739 740 741 742 743 744 745 746 747 748 749 750 751 752 753 754 755 756 757 758 759 760 761 762 763 764 765 766 767 768 769 770 771 772 773 774 775 776 777 778 779 780 781 782 783 784 785 786 787 788 789 790 791 792 793 794 795 796 797 798 799 800 801 802 803 804 805 806 807 808 809 810 811 812 813 814 815 816 817 818 819 820 821 822 823 824 825 826 827 828 829 830 831 832 833 834 835 836 837 838 839 840 841 842 843 844 845 846 847 848 849 850 851 852 853 854 855 856 857 858 859 860 861 862 863 864 865 866 867 868 869 870 871 872 873 874 875 876 877 878 879 880 881 882 883 884 885 886 887 888 889 890 891 892 893 894 895 896 897 898 899 900 901 902 903 904 905 906 907 908 909 910 911 912 913 914 915 916 917 918 919 920 921 922 923 924 925 926 927 928 929 930 931 932 933 934 935 936 937 938 939 940 941 942 943 944 945 946 947 948 949 950 951 952 953 954 955 956 957 958 959 960 961 962 963 964 965 966 967 968 969 970 971 972 973 974 975 976 977 978 979 980 981 982 983 984 985 986 987 988 989 990 991 992 993 994 995 996 997 998 999 1000

Fonte: Secretaria da Educação-Apoio Presencial

As codificações das cores cinza, amarela e vermelha apresentam uma categorização visual para identificação do status do ciclo.

A cor cinza indica os professores que ainda não receberam nenhum ciclo de apoio. A amarela indica os professores cujo ciclo de apoio mais recente encontra-se em andamento. A vermelha sinaliza aqueles cujo ciclo mais recente está com a data limite para o *feedback* expirada. A verde demonstra que o ciclo mais recente foi concluído e está disponível para um novo *feedback*.

Essa distinção visual contribui para a compreensão rápida do progresso e das pendências relacionadas ao apoio pedagógico oferecido aos professores, possibilitando monitoramento em tempo real para presumidas tomadas de decisões mais rápidas e uma gestão mais eficiente.

Para uniformizar as observações foram definidos cinco aspectos para serem observados: preparação da aula, domínio do conteúdo, gestão do tempo, estratégias de ensino e aprendizagem e engajamento dos estudantes.

Quadro 5 - Protocolo de Observação

PREPARAÇÃO DE AULA	
Prática Exemplar	Prática Insatisfatória
O professor mostrou preparo adequado para o uso do recurso pedagógico (materiais didáticos ou outros).	O professor não demonstrou ter se preparado para o uso do recurso pedagógico (materiais didáticos ou outros).
DOMÍNIO DO CONTEÚDO	
Prática Exemplar	Prática Insatisfatória
O professor demonstrou domínio do tema. (Exemplo: repondendo perguntas dos alunos com clareza).	O professor fez explicações superficiais, demonstrando insegurança sobre o tema.
GESTÃO DO TEMPO	
Prática Exemplar	Prática Insatisfatória
A aula foi com início, meio e fim, passando pelos pontos planejados.	Houve dificuldade em gerenciar tempo da aula. (Exemplo: aula não teve tempo para sistematização do conteúdo).
ENSINO-APRENDIZAGEM	
Prática Exemplar	Prática Insatisfatória
A aula teve metodologias excelentes, prezando a aprendizagem do grupo.	O professor não fez escolhas adequadas de metodologias e não se preocupou em verificar se os estudantes estavam aprendendo.
ENGAJAMENTO DOS ESTUDANTES	
Prática Exemplar	Prática Insatisfatória
Os estudantes estavam envolvidos (prestando atenção e/ou participando).	Grande parte dos estudantes estavam desconectados da aula (no celular, bagunçando etc).

Fonte: Secretaria da Educação-Protocolo de Observação

Após a realização da observação das aulas, o(a) gestor(a) escolar é responsável pelo registro sistematizado das informações coletadas durante o acompanhamento. Para isso, deve preencher o formulário disponibilizado na plataforma, selecionando opções de resposta que melhor representem os aspectos observados na aula. Esse procedimento tem como suposta finalidade garantir a padronização dos registros, a fidedignidade das informações e a possibilidade de análise posterior dos dados, contribuindo para o monitoramento das práticas

docentes e para o planejamento de ações formativas voltadas à melhoria contínua do ensino e da aprendizagem.

Infelizmente, o excesso de demandas e atribuições impostas à gestão escolar suscita um importante questionamento: a plataforma tem sido, de fato, utilizada como instrumento voltado à promoção de ações formativas e ao aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem, ou tem se configurado apenas como mais uma exigência burocrática a ser cumprida em função de sua natureza metrificadora? Além disso, a ênfase no controle e na fiscalização do trabalho docente pode comprometer as relações de confiança e cooperação entre professores e gestores(as), enfraquecendo o caráter formativo e colaborativo que deveria nortear esse tipo de acompanhamento pedagógico.

Para os comentários de *feedback*, o Guia disponibilizou frases que podem ser ajustadas de forma a permitir a personalização.

Figura 7 - Frases *Feedback*

<input type="radio"/> Estude previamente o material didático com mais profundidade para conduzir a aula com menos improvisos e mais fluidez.
<input type="radio"/> Ótima organização do tempo. Houve equilíbrio entre exposição, atividades práticas e espaço para dúvidas.
<input type="radio"/> Administre melhor o tempo da aula para evitar atropelos e garantir que os alunos acompanhem o raciocínio.
<input type="radio"/> Aprofunde a explicação dos conceitos para responder às dúvidas com precisão.
<input checked="" type="radio"/> A sistematização realizada reforçou os principais aprendizados e consolidou os pontos centrais da aula.
<input type="radio"/> Faça mais perguntas para verificar, de fato, se os alunos compreenderam o conteúdo.
<input type="radio"/> Evite uma abordagem excessivamente expositiva e diversifique as metodologias para engajar os alunos.
<input type="radio"/> Que bom que você tentou uma metodologia ativa, mas estude a implementação para que ela tenha um resultado melhor.
<input checked="" type="radio"/> Incentive ativamente a participação dos alunos, garantindo que todos tenham voz e vez na aula.
<input type="radio"/> Dê mais espaço para perguntas e crie momentos estruturados para estimular a interação dos alunos.
<input type="radio"/> Peça atenção dos estudantes quando a turma estiver dispersa ou bagunçando.
<input checked="" type="radio"/> Excelente adaptação do ritmo da aula. Você ajustou a abordagem conforme a necessidade da turma.
<input type="radio"/> Que bom que você pediu a atenção dos estudantes que estavam fazendo bagunça, mas cuidado para não desrespeitar o estudante e perder a relação de confiança com ele.
<input type="radio"/> Faça combinados prévios com os estudantes que têm comportamento inadequado. Se quiser, posso estar presente.
<input type="radio"/> Demonstre ter altas expectativas para seus estudantes e mostre que eles podem chegar mais longe.

Relatório do Feedback

A sistematização realizada reforçou os principais aprendizados e consolidou os pontos centrais da aula. Incentive ativamente a participação dos alunos, garantindo que todos tenham voz e vez na aula. Excelente adaptação do ritmo da aula. Você ajustou a abordagem conforme a necessidade da turma.

Data prevista para o feedback

22/04/2025

Anterior

Salvar

Nesta fase, apresenta-se um formulário que inclui informações como o nome do docente, o componente curricular, a turma, além do nome e cargo do gestor responsável, bem como as datas de início do ciclo e a previsão para a realização do *feedback*. Também há um campo destinado às observações e orientações. Apenas gestor responsável pelo início do ciclo pode completar o processo de avaliação.

Segundo a *Portaria do Coordenador* de 14/03/2024:

Artigo 4º – Considera-se como Ciclo de Apoio Presencial as seguintes atividades: I – A realização do acompanhamento de aula; II – O preenchimento de formulário eletrônico para apoio do Gestor (Diretor Escolar/Diretor de Escola, Vice-diretor Escolar, Coordenador de Gestão Pedagógica/Coordenador de Gestão Pedagógica Geral e Coordenador de Gestão Pedagógica por Área de Conhecimento) e; III – realização da devolutiva (*feedback*) ao docente.

Caso o professor discorde da avaliação e opte por não finalizá-la, o procedimento permanecerá pendente, e o docente fica impedido de receber novos apoios ou suporte, cabendo ao gestor ponderar junto ao professor.

As escolas vinculadas que atendem estudantes indígenas, quilombolas, residentes em assentamentos e aqueles em *Atendimento Socioeducativo (Fundação CASA)* e *Unidades Prisionais (PEP)*, têm a responsabilidade de proporcionar *Apoio Presencial*. Esse suporte tem como objetivo apoiar os professores, avaliar os resultados obtidos e identificar oportunidades, melhorias e aprimoramento na qualidade dos serviços oferecidos a esses estudantes, visando promover avanços nos indicadores de aprendizagem desse público específico.

Figura 8 - Etapas do Apoio Presencial na Plataforma



Fonte: Secretaria da Educação-Etapas do Apoio Presencial

A contabilização na *Plataforma BI* ocorre após a conclusão do processo.

Nesse processo, cada gestor da unidade escolar é responsável por realizar três sessões de apoio por semana.

A organização da equipe para atingir essa meta semanal é de responsabilidade do diretor, que deve coordenar as ações de forma eficiente. Em situações de afastamento de algum gestor, a equipe deve assumir a realização dos apoios pendentes. Além disso, em períodos de feriados, recomenda-se que as atividades sejam realizadas nas semanas subsequentes, de modo a garantir o cumprimento da média prevista ao final do bimestre.

Conforme *Portaria do Coordenador* de 14 de março de 2024:

Artigo 6º-§ 2º – A Equipe Gestora (Diretor Escolar/Diretor de Escola, Vice-diretor Escolar, Coordenador de Gestão Pedagógica/Coordenador de Gestão Pedagógica Geral e Coordenador de Gestão Pedagógica por Área de Conhecimento), sob a liderança do Diretor de Escola/Diretor Escolar, deverá se dividir para **alcançar a meta semanal** de Ciclos de Apoio Presencial a serem realizados, considerando o maior número de professores apoiados durante o bimestre letivo. (Grifo nosso)

A expressiva quantidade de feedbacks positivos suscita uma reflexão pertinente: se a maioria das aulas apresenta qualidade satisfatória, por que os resultados nas avaliações não evidenciam uma melhoria correspondente?

Figura 9 - Painel - Apoio Presencial

PAINEIS ESCOLA TOTAL - BI

Painel de Apoio Presencial - BI

- Como funciona o farol do Índice de Apoios Realizados?
 - Verde: Maior ou igual a 3
 - Amarelo: Maior ou igual a 2 e menor que 3
 - Vermelho: Menos que 2

Fonte: Secretaria da Educação - Guia Apoio Presencial

Os dados no *Painel da Escola Total - BI* são atualizadas semanalmente às segundas-feiras. A atualização desses dados é realizada por meio da importação de informações provenientes da *Secretaria Escolar Digital (SED)*, na qual os gestores registram as atividades de apoio realizadas, e os professores apoiados confirmam a realização por meio de um procedimento de aceite.

As indicações visuais utilizarão cores distintas para refletir os diferentes níveis de avaliação: o verde representará uma condição satisfatória, o amarelo sinalizará a necessidade de atenção, e o vermelho indicará uma situação insatisfatória.

Essa plataforma se configura em uma ferramenta abrangente para o acompanhamento do ciclo de apoio presencial, com funcionalidades que oferecem recursos para a gestão e o acompanhamento dos docentes.

Resumindo, a plataforma *Apoio Presencial* é um instrumento de acompanhamento e controle das atividades docentes da rede estadual de ensino do Estado de São Paulo. Por meio dela a equipe gestora da unidade escolar realiza o acompanhamento e monitoramento presencial das aulas, observação essa com critérios previamente estabelecidos. O número de apoios realizados deve ser proporcional à quantidade de componentes integrantes da equipe gestora, por exemplo, em uma unidade escolar com três gestores (Diretor, Vice-Diretor e Coordenador de Gestão Pedagógica), cada um deve realizar três acompanhamentos semanais, totalizando nove registros por semana. Após cada observação, o gestor deve preencher uma ficha de avaliação padronizada, cujas informações são lançadas na plataforma, compondo o controle quantitativo. Complementarmente, os docentes também avaliam a observação realizada pelo gestor, encerrando o ciclo avaliativo e a etapa contabilizada no sistema.

Dessa forma, o uso intensivo das plataformas digitais tem demandado considerável tempo de trabalho de professores(as) e gestores(as), que se veem obrigados a registrar todas as etapas das atividades que desenvolvem. Essas exigências acabam por reduzir o tempo das interações pedagógicas significativas entre docentes, estudantes e equipe gestora, substituindo-as por procedimentos burocráticos de registro eletrônico.

A plataformização, em princípio, tem promovido mecanismos de controles que fragilizam as relações de confiança nos ambientes escolares, instaurando um clima de marcas de competitividades, frustrações, ansiedades, medos e inseguranças. Em um local que deveria privilegiar a colaboração e o desenvolvimento processos formativos, esses efeitos produzem consequências negativas para a dinâmica escolar e para a qualidade do ensino, contribui para a desarticulação das equipes escolares e compromete a dimensão humana e formativa que deveria orientar e fundamentar o trabalho educacional da rede pública paulista.

É importante considerar que a mudança no modelo educacional, orientada pela *Política Estadual de Educação*, levanta questionamentos sobre a imposição de padrões e a ênfase na utilização de tecnologias específicas, que podem limitar a liberdade dos educadores na escolha de métodos pedagógicos mais adequados às necessidades dos estudantes. Esse processo também pode retirar do professor a responsabilidade diagnóstica e contextualizada do ensino.

CONSIDERAÇÕES

Ao dar início a esta pesquisa, considerávamos que se tratava de um tema de significativa relevância no contexto contemporâneo, dada a sua pertinência para questões educacionais, sociais, econômicas e acadêmicas atuais, percepção que se confirma à medida que nos mobilizamos no processo de estudo.

Essa percepção foi fundamentada na análise preliminar do cenário e revisão bibliográfica existentes, que indicavam a ausência de pesquisas e conseqüentemente a importância de trazer à baila o tema da plataformização para procurar compreender os aspectos envolvidos.

Destarte a pesquisa realizada apresentou evidências que a plataformização digital no contexto da educação pública paulista ultrapassa a dimensão técnica, configurando-se como um dispositivo no campo da biopolítica operando juntamente com uma racionalidade neoliberal.

Nesse contexto, as plataformas digitais educacionais padronizam rotinas administrativas e processos pedagógicos, oferecem suporte à gestão educacional e também reforçam práticas de controle e regulação sobre o trabalho docente e discente, produzindo efeitos na constituição de sujeitos e nas práticas pedagógicas. Esses dispositivos biopolíticos produzem efeitos na constituição das subjetividades, supostamente privilegiando um modelo educativo que funciona como um sistema de métricas de desempenho e de meritocracia.

Nessa conjuntura, destacamos a necessidade de problematização do discurso que tende a naturalizar o uso das tecnologias educacionais, sem considerar seus impactos sociais, pedagógicos e subjetivos que são inevitáveis.

Em síntese, cabe uma reflexão importante: as plataformas digitais contratadas estão a serviço das instituições escolares, ou as instituições escolares que passaram a se subordinar às dinâmicas e às exigências impostas por essas plataformas?

Diante das discussões e análises empreendidas e à luz do referencial teórico mobilizado, este estudo buscou responder às questões de pesquisa inicialmente formuladas que orientaram este percurso investigativo, evidenciando os principais achados e contribuições do estudo.

E acreditamos que as questões formuladas nesta pesquisa foram devidamente respondidas, sem, contudo, pretender esgotar outras possibilidades de análise ou perspectivas interpretativas. Assim, para conduzir o leitor retomamos as perguntas na sequência por mostrar primeiramente quais efeitos de sentido emergem no discurso das plataformas digitais de modo a se caracterizar como um dispositivo de biopolítica.

Por isso, no *corpus* analisado, composto por documentos institucionais e oficiais, legislações e materiais discursivos das plataformas digitais adotadas pela rede pública

paulista, observou-se a recorrência de enunciados que emergem efeitos de sentido produzindo a plataformização como necessária, configurando-a como solução técnica para a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem da educação pública, associando-a à modernização. Esses efeitos de sentido operam discursivamente em supostos apagamentos das condições históricas e políticas de sua implementação, naturalizando ferramentas de vigilância, mensuração e controle da população escolar e apresentam a tecnologia como solução objetiva para problemas estruturais da educação.

À luz das ferramentas conceituais de Michel Foucault, esses efeitos caracterizam as plataformas como dispositivos de biopolítica, uma vez que articulam saberes técnicos, normas institucionais, práticas discursivas, produção de dados, relatórios, métricas, indicadores de desempenho, e mecanismos de regulação, através das tecnologias digitais, configurando-as como dispositivos de biopolítica. Dispositivos estes voltados à gestão da vida escolar que transformam o processo educativo em produção de dados, indicadores, relatórios, objeto de cálculo e intervenções permanentes possibilitando a regulação do tempo, dos ritmos e das condutas escolares, visando presumida otimização da educação pública paulista. Conforme o autor, “[...] O poder se encarrega da vida, passa a administrá-la” (Foucault, 1988, p. 134).

Desse modo, as plataformas digitais operam e instituem tecnologias biopolíticas que definem referenciais de normalidade, de desempenho e de responsabilização que, contribuem e legitimam discursivamente ao mesmo tempo em que orientam e justificam formas contínuas de regulação das práticas e a padronização de práticas pedagógicas e administrativas. As plataformas digitais produzem efeitos de normalização e espaços de exclusão simbólica em relação aos sujeitos e às ações que não se ajustam aos parâmetros e indicadores estabelecidos.

Nesse sentido, as plataformas digitais funcionam como dispositivos biopolíticos ao regular populações escolares, gerir tempos, ritmos e comportamentos e produzir saberes estatísticos sobre a vida educacional, em termos foucaultianos, articulando poder e saber na condução das condutas.

Outra questão que buscou-se responder seria mostrar quais modos de subjetivação estão em funcionamento no discurso das plataformas digitais.

Na pesquisa observou-se que os modos de subjetivação produzidos e em funcionamento no discurso das plataformas digitais configuram sujeitos responsabilizados, autogeridos, permanentemente avaliáveis e responsabilizados. Todos os envolvidos no processo educacional são interpelados como sujeitos gestores de resultados, cujas práticas e parâmetros devem ser constantemente alinhados a indicadores, metas e evidências de desempenho definidos pelo próprio dispositivo. Assim, todos são constituídos como sujeitos mensuráveis, performáticos e competitivos, cujos valores se expressam em dados, rankings e relatórios, permanentemente avaliáveis e comparáveis, alinham-se ao que Foucault

descreve como tecnologia de poder que incidem sobre os sujeitos.

Esses processos de subjetivação operam pela internalização de normas e métricas, levando os sujeitos a se autoavaliar, se autorregular e se comparar continuamente. O discurso das plataformas promove, assim, uma subjetividade alinhada à lógica do empreendedor de si, em que o sucesso ou o fracasso educacional é atribuído à gestão individual do próprio desempenho segundo critérios previamente estabelecidos, obscurecendo as condições históricas, sociais e materiais do processo educativo. Trata-se, portanto, de uma subjetivação que desloca do controle direto pela adesão às normas, formas mais sutis de conduzir as condutas.

Finalmente a pesquisa tentou trazer à luz como o discurso das plataformas digitais se insere na racionalidade neoliberal, de movimento em prol da privatização da educação.

Pode-se constatar que o discurso das plataformas digitais se insere na racionalidade neoliberal ao transpor para a educação pública princípios oriundos do campo econômico-empresarial, como eficiência, produtividade, competitividade, meritocracia e responsabilização. A escola passa a ser reconfigurada segundo uma lógica de gestão inspirada nos princípios de organização gerencial, os sujeitos como capital humano e o processo educativo como investimentos mensuráveis em resultados.

Conforme a perspectiva foucaultiana, o neoliberalismo não se caracteriza pela ausência do Estado na esfera social e econômica, mas por sua reconfiguração de suas formas de atuação enquanto instância que governa por meio de dispositivos e racionalidade de governo que promovem e incentivam a concorrência, a responsabilização individual dos sujeitos e a busca permanente por eficiência.

Nessa racionalidade, o Estado não se retira, mas se reconfigura como gestor, delegando às plataformas privadas ou semiprivadas a função de organizar, controlar e avaliar a educação pública. O discurso da inovação tecnológica e da personalização do ensino atua como suposto efeito ideológico que legitima a ampliação do controle e da vigilância, ao mesmo tempo em que individualiza responsabilidades e dilui o caráter coletivo e político da educação.

No âmbito da educação pública paulista, a incorporação de plataformas digitais introduz categorias como desempenho, produtividade, metas e resultados, que passam a orientar a organização e a avaliação das práticas escolares. Nesse contexto, o processo educativo tende a ser tratado segundo lógicas de mensuração, cálculo e otimização. Paralelamente, os sujeitos são concebidos sob a perspectiva do capital humano, sendo instados a investir continuamente em si mesmos e a administrar seus próprios riscos, trajetórias e fracassos. Tal racionalidade desloca para o indivíduo a responsabilização pelo sucesso ou pelo insucesso escolar, obscurecendo as determinações institucionais e estruturais que atravessam a experiência educativa.

Portanto, a plataformização da educação pública paulista, conforme analisado na

dissertação, configura-se como um mecanismo central de dispositivo neoliberal, articulando biopolítica, tecnologia digital e discurso na produção de sujeitos subjetivados, ajustados às exigências do mercado e às lógicas contemporâneas de gestão da vida.

A contribuição de Dardot & Laval para esta análise reside na compreensão do neoliberalismo como uma racionalidade global, que se constitui como uma razão normativa que reorganiza o papel do Estado, redefine as políticas e ultrapassa o campo econômico e passa a organizar as formas de governar, de viver e de se relacionar. E discurso das plataformas digitais participa nessa racionalidade ao transformar a educação pública em espaço de concorrência e competitividade, por redefinir o papel do Estado como gestor e avaliador, e não mais como garantidor de direitos e ao deslocar a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso educacional para os profissionais da educação.

E esse discurso da inovação no âmbito educacional supostamente atua como efeitos ideológicos que ocultam as relações de poder e legitima a intensificação do controle sobre a vida escolar e por consequência, na lógica do mercado.

A plataformização na educação pública do estado de São Paulo estrutura-se por meio de parcerias institucionais, contratos administrativos e adoção de soluções tecnológicas disponibilizadas, em grande parte, por empresas privadas. Nesse cenário, conjectura-se que tais arranjos se configuram como mecanismos que favorecem a incorporação de racionalidades e práticas associadas à lógica dos processos privatizantes no interior da escola pública. Conforme afirmam os autores, “[...] O Estado é um dos principais agentes da difusão da racionalidade neoliberal” (Dardot; Laval, 2016, p. 273).

Em consonância com a ótica foucaultiana, a análise contribui para compreender o campo educacional ao evidenciar como o poder e o saber se materializam por meio dos dispositivos tecnológicos educacionais, ampliando o debate acadêmico sobre as políticas digitais concebidas, praticadas e legitimadas.

No entanto, reconhecemos as limitações desta pesquisa, uma vez que a investigação abordou um número restrito de legislações e de documentos oficiais. Tal delimitação não permitiu a análise de muitas normativas relevantes, como por exemplo, a mais recente *Resolução do Secretário de Estado da Educação, de 13 de outubro de 2025*, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 15 de outubro de 2025, Caderno Executivo, Seção Atos Normativos. O referido ato homologa a Deliberação do Conselho Estadual de Educação número 233/2025, que estabelece as Diretrizes para a Implementação da Educação Digital e da Computação na Educação Básica no âmbito do Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, com fundamento no §1º do artigo 9º da Lei nº 10.403, de 6 de julho de 1971, e no artigo 92 da Lei Estadual nº 10.177/1998.

Também não foram realizadas, no escopo desta pesquisa, a observação direta das práticas pedagógicas escolares e nem a escuta ativa de professores e de estudantes.

Essa delimitação aponta para a necessidade de futuros estudos que incluam mais legislações, docentes e discentes, ampliando as análises normativas e dando voz aos sujeitos nessa ressignificação do espaço escolar e possibilidades de conciliamento entre inovação e aprendizagem de forma mais ampla.

Diante disso, há sugestões para novas pesquisas que incorporem outras normativas, a voz dos diferentes atores educacionais em situações reais e seus efeitos concretos da plataformização nas salas de aula e nas efetivas aprendizagens, identificando fragilidades, limites, potencialidades para reflexão possibilidades de políticas públicas que articulem inovação tecnológica e qualidade de ensino-aprendizagem, de modo a promover alternativas mais críticas, democráticas e emancipadoras para a educação pública.

À medida que a investigação avançou e se aproximou da etapa conclusiva, confirmou-se a hipótese inicial de que o tema em estudo possui caráter contemporâneo e está intrinsecamente relacionado aos desafios e transformações do campo educacional, na desconstrução dos discursos e dialoga com as subjetividades e poder nas relações humanas.

As reflexões produzidas ao longo do processo evidenciam que as discussões acerca dessa temática transcendem o presente, projetando-se como elementos fundamentais para o futuro da educação e para a formação integral dos sujeitos que compõem a sociedade.

Essa constatação reforça a pertinência e o valor científico da pesquisa desenvolvida, uma vez que possibilita a ampliação do entendimento sobre questões centrais que permeiam o fazer pedagógico e as políticas educacionais. Além disso, destaca-se a necessidade de continuidade dos estudos nesse campo, especialmente diante da velocidade das mudanças sociais, tecnológicas e culturais que impactam diretamente os processos de ensino e aprendizagem.

Portanto a presente pesquisa contribuiu para o debate acadêmico e para o debate das práticas educacionais e apontou caminhos para futuras investigações, capazes de aprofundar a compreensão sobre os eventos educacionais contemporâneos e para fortalecer o compromisso da educação com a construção de uma sociedade mais crítica, inclusiva e transformadora.

Pauso esta investigação deixando uma indagação que instiga à continuidade da reflexão e do debate crítico, promovendo e estimulando a construção de novas interpretações e aprofundamentos teóricos sobre a temática abordada: Seríamos nós capazes de ultrapassar nossas próprias limitações e, de forma consciente, ultrapassar nossas verdades convenientes, assumir as responsabilidades de construir os nossos próprios percursos existenciais e educacionais, especialmente em um contexto em que as políticas públicas e os algoritmos reconfiguram e imperam nas formas de aprender, agir, pensar, produzir e interagir no mundo contemporâneo?

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, T.M.F. **Dimensões da privatização da Educação Básica no Brasil**: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990 [Meio Eletrônico]. Brasília, ANPAE, 2022.
- ADRIÃO, T.; DOMINICIANO, C. A. Novas formas de privatização da gestão educacional no Brasil: as corporações e o uso das plataformas digitais. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 670-687, set./dez. 2020. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>
- ADRIÃO, T.; VENCO, S. A corrosão da educação pública no Brasil: privatizações e precariedades. **Artículos y Praxis Latino Americana**. Año: 27, n. 96, 2022, e 57902 70, **Revista Internacional de Filosofía y Teoría Social** CESA-FCES-Universidad del Zulia. Macaibo-Venezuela. ISSN 1316-5216/ ISSN-e: 2477-9555
- ADRIÃO, T.; SILVA, M. V. A privatização da Educação Básica e suas implicações para o direito humano à educação na contemporaneidade. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v.37, n.79, p. 31-38, jan./abr. 2023. ISSN Eletrônico 1982-596X
- ADRIÃO, T.; DRABACH, N.; GARCIA, T.; SANTOS, M. J. M. B. dos. O filantropocapitalismo e a terceira geração da privatização da educação paulista. **Educação Pesquisa**, São Paulo, v. 50, e262306, 2024.
- APEOESP. **Boletim sobre o XXXVII**. Congresso do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo. São Paulo, 2023, p. 1
- BARBOSA, R. P.; ALVES, N. A Reforma do Ensino Médio e a Plataformização da Educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 21, p. 1-26, 2023 e-ISSN: 1809-3876 Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo – PUCSP. <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>
- BRASIL. **Ministério da Saúde**. Brasil. Gabinete do Ministro. Informações sobre a vacina em 2021. Brasília, 2021. <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/c/covid-19> Acesso em: 22 set. 2025
- CATALÃO, A. P. X.; PIRES, C. A. As plataformas informáticas como instrumentos de regulação da organização e gestão escola. **Revista Portuguesa de Investigação Educacional**, n.º especial, 2020, pp. 85-110.
- CECHINEL, A.; FONTANA, S.; DELLA, G.; et al. **Estudo/análise documental: uma revisão teórica**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESC (UNESC em Revista), Criciúma, 2009.
- CRUZ, D. da S. O Panóptico Virtual e o Diário Digital: Uma reflexão foucaultiana sobre plataformas digitais e a educação no Amazonas. Universidade Federal do Amazonas (UFAM) **PRISMA**, Vol. 2, Nº 2, jul. / dez. de 2020, pp. 120 – 134.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DREYFUSS, H. e RABINOW, P. **Beyond structuralism and hermeneutics**. Brighton, The Harvester Press. 1982.
- FISCHER, R. M. B. **Foucault e a Análise do Discurso em Educação**. Cadernos de Pesquisa, v. 114, p. 197-223, nov. 2001.

FONSECA, J. P. A. da. **Poder, Biopolítica e Governamentalidade em Michel Foucault**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/55f91079-8cb6-4553-a9d2-68fe5d271afe/content>.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 1989

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1992.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 2: O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1994.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres** (M. T. C. Albuquerque, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal. 1998. (Trabalho original publicado em 1984).

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I – A Vontade de Saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 21ªed., 1999.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975 - 1976)**. SP: Ed. Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2010

FREITAS, L. C. **Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out.-dez. 2014.

GOMES, M. J. de B. Foucault e a Educação: As contribuições da estética da existência para a educação. Universidade Federal do Piauí **Cadernos do Pet**, V. 14, ISSN: 2176-5880

JACOMINI, M. A.; NASCIMENTO, I. S.; STOCO, S. Política Educacional na Rede Estadual Paulista sob a Nova Gestão Pública (1995-2018). **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 39, e26145, 2023. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982023000100146&lng=pt&nrm=iso. acessos em 27 jun. 2025. Epub 06-Jun-2023. <https://doi.org/10.1590/0102-469826145>.

LICÍNIO, C. L. Máquinas de Administrar a Educação: Dominação Digital e Burocracia Aumentada. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 42, e249276, 2021

MAIA, J.; SILVA, P.; ALMEIDA, C.. Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. **Revista Mídia e Cotidiano**. ISSN: 2178-602X Resenha Volume 15, Número 3, set./dez de 2021

MASCIA, M. A. A. **Investigações Discursivas na Pós-Modernidade: Uma Análise das Relações de Poder-Saber do Discurso Político Educacional de Língua Estrangeira**. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2002.

MINAYO, M. C.S. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Revista Brasileira de História & Saúde Coletiva. 2012

OECD NETFWD. **Venture Philanthropy in Development: Dynamics, Challenges and Lessons in the Search for Greater Impact**. Paris: OECD Development Centre, 2014.

OLIVEIRA, D. A. Nova Gestão Pública e Governos Democráticos-Populares: Contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, nº. 132, p. 625-646, jul.-set., 2015

OLIVEIRA, G. Z. de. **O avanço das tecnologias digitais na educação escolar e suas implicações políticas pedagógicas**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Cascavel. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/6888>. Acesso em 15 de agosto de 2025.

OSTROWIECKI, A.; FEDER, R. **Carregando o elefante: como transformar o Brasil no país mais rico do mundo**. Ribeirão: Humus, 2008.

REVEL, J. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos, SP: Claraluz, 2005.

ROCHA, T. 2017. **Professor Por Vir: Práticas de Subjetivação e(m) Inovação**. Universidade Estadual de Maringá. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/7015>. Acesso em 20 de setembro de 2025.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D., GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Rev. Bras. de História & Ciências Sociais**. n. 1, p. 1-15, jul., 2009.

SANCHEZ, B. G. **A organização do trabalho dos supervisores de ensino da rede paulista: intensificação do trabalho e precariedade subjetiva?** Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2018. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_3fd9ef1e9e06eff5e9fa88f55d635778. Acesso em: 20 maio 2025.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 59.215, de 21.05.2013**. Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 22 de maio de 2013. Dispõe sobre a disciplina acerca da celebração de convênios, no âmbito da Administração Centralizada e Autárquica, e sobre a instrução dos processos respectivos. DOE-I, 22/05/2013, p.1

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 61.981, de 20.05. 2016**. Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 21 de maio de 2016. Dispõe sobre a aplicação, no âmbito da Administração direta e autárquica, da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias com organizações da sociedade civil. DOE-I, 21/05/2016, p.1

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº64.982, de 15.05.2020**. Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 16 de maio de 2020. Institui o Programa Centro de Mídias da Educação de São Paulo - CMSP e dá providências correlatas. DOE-I, 16/05/2020, p.1

SÃO PAULO (Estado). **Diário Oficial do Estado de São Paulo: Chefia de Gabinete (Termo de Doação de Serviços – Khan Academy Brasil)**, Caderno Executivo-Seção I, p. 23, 12 de julho de 2023.

SÃO PAULO (Estado). **Portaria do Coordenador de 17/07/2023**. DOE - Seção I - 18/07/2023 - Pág.21- Educação-COORDENADORIA PEDAGÓGICA. Dispõe sobre a organização, principais ações e responsabilidades dos profissionais da Educação no Estado de São Paulo em relação ao Replanejamento e à semana de retomada de aprendizagem

SÃO PAULO (Estado). **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: Chefe de Gabinete (Doação de bolsa de estudos, por meio de serviços de acesso à Plataforma voltada à preparação dos estudantes da 3ª série do ensino médio para o exame nacional do ensino médio, Enem e vestibulares), Caderno Executivo-Seção I, p. 222, 17 de julho de 2023

SÃO PAULO (Estado). **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares (Prestação de Serviços da Plataforma de Programação Alura), Caderno Executivo-Seção III, p. 90, 9 de agosto de 2023.

SÃO PAULO (Estado). **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: Fundação para o Desenvolvimento da Educação (Contratação de empresa especializada para locação de licença de Plataforma Digital de Matemática), Caderno Executivo-Seção III, p. 182, 26 de setembro de 2023.

SÃO PAULO (Estado). **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: Fundação para o Desenvolvimento da Educação (Aquisição de 71 livros digitais, E-Book e/ou Audiobook, para compor o escopo do projeto de Plataformas Digitais - Leitura-SP), Caderno Executivo-Seção III, p. 58, 28 de dezembro de 2023.

SÃO PAULO (Estado). **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: Coordenadoria Pedagógica - COPED (Prestação de serviços de plataforma educacional de língua inglesa, no modelo Software as a Service-SaaS), Caderno Executivo-Seção III, p. 57, 02 de fevereiro de 2024.

SÃO PAULO (Estado). **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: Coordenadoria de Informação, Tecnologia, Evidência e Matrícula (Plataforma de Aprendizagem com Foco em alfabetização e Leitura, no Modelo Software as a Service-SaaS), Caderno Executivo-Seção III, p. 55, 08 de maio de 2024.

SÃO PAULO (Estado). **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: Coordenadoria de Informação, Tecnologia, Evidência e Matrícula (Plataforma de Aprendizagem com Foco em alfabetização e Leitura, no Modelo Software as a Service-SaaS), Caderno Executivo-Seção III, p. 31, 17 de junho de 2024.

SÃO PAULO (Estado). **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: Coordenadoria de Informação, Tecnologia, Evidência e Matrícula (OBJETIVANDO: Fornecimento de licenças de acesso à plataforma de aprendizagem com foco em alfabetização e leitura, no modelo Software as a Service - SaaS) para apoio ao processo de aprendizagem e acompanhamento dos estudantes do 1º ao 6º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental), Caderno Executivo-Seção III, p. 37, 25 de setembro de 2024.

SÃO PAULO (Estado). **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: Coordenadoria de Informação, Tecnologia, Evidência e Matrícula (OBJETIVANDO: Fornecimento de licenças de acesso à plataforma de aprendizagem com foco em alfabetização e leitura, no modelo Software as a Service - SaaS) para apoio ao processo de aprendizagem e acompanhamento dos estudantes do 1º ao 6º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental), Caderno Executivo-Seção III, p. 37, 25 de setembro de 2024.

SÃO PAULO (Estado). **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: Coordenadoria Pedagógica - COPED (Prestação de serviços de plataforma educacional de língua inglesa, no modelo Software as a Service-SaaS), Caderno Executivo-Seção III, p. 57, 02 de fevereiro de 2024.

SILVA, M. R.; BARBOSA, Renata Peres e KÖRBES, Cleci. A reforma da Revista **Retratos da Escola**, Brasília, v. 16, n. 35, p. 399-417, mai./ago. 2022. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rdeo> ensino médio no Paraná: dos enunciados da Lei 13.415/17 à regulamentação estadual.

VEIGA-NETO, A. **Foucault & a Educação**. 3ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VENCO, S.; BERTAGNA, R. H.; GARCIA, T. (Orgs). **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidência de atores privados nos sistemas estaduais das Regiões Norte, Centro-Oeste, Sul e Distrito Federal (2005-2018)**. v. 2. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. (Coleção Estudos sobre a privatização no Brasil).

VENCO, S. B.; SEKI, A. K. (2023). Política Nacional de Educação Digital: uma análise de seus rebatimentos na educação pública brasileira. **Germinal: Marxismo E educação Em Debate**, 15(2), 448-471. <https://doi.org/10.9771/gmed.v15i2.54144>

ZUIN, A. Á. S. Inteligência Artificial e formação danificada: aprendizagem profunda e ética rasa entre professores e alunos. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e80158, 2021.